



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JAYANE ALVES LOPES DA SILVA

O DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIAL DA COOPERATIVA DE
CRÉDITO SICOOB NA CIDADE DE CARNAÍBA-PE

Serra Talhada – PE

2019

JAYANE ALVES LOPES DA SILVA

**O DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIAL DA COOPERATIVA DE
CRÉDITO SICOOB NA CIDADE DE CARNAÍBA-PE**

Monografia apresentado como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra
Talhada, Universidade Federal Rural de
Pernambuco.

Orientador (a): Prof. Dra. Nicole Louise Macedo
Teles de Pontes

SERRA TALHADA – PE

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca da UAST, Serra Talhada - PE, Brasil.

S586d Silva, Jayane Alves Lopes da
O desempenho econômico e social da cooperativa de crédito
Sicoob na cidade de Carnaíba-PE/ Jayane Alves Lopes da Silva. –
Serra Talhada, 2019.
76 f. : il.

Orientadora: Dr^a. Nicole Louise Macedo Teles de
Pontes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade
Federal Rural de Pernambuco. Unidade Acadêmica de
Serra Talhada, 2019.

Inclui referência.

1. Cooperativas - crédito - Carnaíba. 2. Fundos emprestáveis -
teoria. 3. Cooperativas - crédito - história. I. Pontes, Nicole Louise
Macedo Teles de, orient. II. Título.

CDD 330

JAYANE ALVES LOPES DA SILVA

**O DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIAL DA COOPERATIVA DE
CRÉDITO SICOOB NA CIDADE DE CARNAÍBA-PE**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora

Orientador (a): Nicole Louise Macedo Teles de Pontes

Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Examinador (a): Avani Terezinha Gonçalves Torres

Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Examinador (a): Eder Lira de Souza Leão

Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Serra Talhada – PE, _____ de Julho de 2019.

**Dedico a meu Pai Adelmo Domingos da Silva e minha Filha Maria Júlia Pacheco
Alves Lopes.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo aquilo que ele tem feito por mim.

Agradeço à minha irmã Jeane Alves, à minha mãe Rosicléa Rodrigues, ao meu marido José Murillo, que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até essa etapa da minha vida.

Agradeço a minha orientadora Dra. Nicole Louise, por toda paciência, ajuda e dedicação para que este trabalho ficasse pronto.

RESUMO

O presente trabalho parte da compreensão da teoria de fundos emprestáveis, da exclusão econômica acirrada no processo de globalização e liberalização econômica, para ressaltar a importância do surgimento das cooperativas de crédito no Brasil, que trouxeram possibilidades de distribuição da renda, abrindo o crédito para classes sociais menos privilegiadas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, que se volta, portanto, para a trajetória do crédito cooperativo no país, para chegar, posteriormente, à implantação da cooperativa SICOOB na cidade de Carnaíba, em Pernambuco, avaliando o desempenho da cidade durante os anos de 2006 e 2015, sob influência do fornecimento de crédito à população.

Palavras-chaves: Carnaíba-PE, Desempenho Econômico, Cooperativas de Crédito.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição geográfica dos cooperados – Dez/2016.....	36
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Motivos para encerramento de atividade em cooperativas singulares	34
Tabela 2: Evolução da quantidade de singulares por região	35
Tabela 3: Evolução do número de PAs por região	35
Tabela 4: Principais agregados das cooperativas singulares e percentual em relação ao SFN – Em R\$ bilhões	37
Tabela 5: PIB Caruaru-PE	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Dados da bancarização no Brasil	22
Gráfico 2: Cooperativas de crédito: Crédito mútuo/Livre admissão/crédito rural	34
Gráfico 3: Distribuição dos ativos por região	37
Gráfico 4: Comparação da evolução do IDH	45
Gráfico 5: Relação entre trabalho e posses nos anos de 2006, 2010 e 2014/2015	46
Gráfico 6: Quantidade de associações e cancelamentos de matrículas	47
Gráfico 7: Idade dos associados	53
Gráfico 8: Gênero dos associados	53
Gráfico 9: Estado civil dos associados.....	53
Gráfico 10: Escolaridade dos associados	54
Gráfico 11: Ocupação dos associados	55
Gráfico 12: Renda familiar dos associados	55
Gráfico 13: Situação com relação ao trabalho.....	56
Gráfico 14: Situação de moradia dos associados	56
Gráfico 15: Acesso a outra instituição bancária antes da implantação da SICOOB no município	56
Gráfico 16: Produtos financeiros utilizados na antiga instituição bancária	57
Gráfico 17: Produtos financeiros utilizados na SICOOB.....	57
Gráfico 18: Bens adquiridos após a associação.....	58
Gráfico 19: Por que trocou de instituição financeira?	59
Gráfico 20: Grau de satisfação com os serviços prestados pela cooperativa	59
Gráfico 21: Comparação do atendimento SICOOB com outra instituição bancária.....	60
Gráfico 22: Razões para associação à SICOOB.....	60
Gráfico 23: Nível de bem-estar que a SICOOB trouxe (5 = excelente).....	61
Gráfico 24: Probabilidade de indicação da cooperativa.....	61
Gráfico 25: Probabilidade de utilização dos produtos da SICOOB em breve	61

LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ANCOSOL	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária
ATM	Caixa de autoatendimento
BANCOOP	Banco Cooperativo do Brasil S.A.
BCB	Banco Central do Brasil
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CDB	Certificados de depósitos bancários
CONFESOL	Confederação Nacional Coop. Centrais Créd. Econ. Familiar Solidária
COSIF	Consolidação Contábil das Instituições Financeiras
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
ENGEA	Empresa Gestora de Ativos
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
FGS	Fundo Garantidor de Créditos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano relativo à renda
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
PE	Pernambuco
PF	Pessoa Física
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Pessoa Jurídica
PROEF	Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais
PROER	Programa de Estímulo à Recuperação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PROES	Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RS	Rio Grande do Sul
SCR	Sistema de Informações de Crédito
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SNNC	Sistema Nacional de Crédito Cooperativo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1. O PAPEL DOS BANCOS SOBRE A OFERTA BANCÁRIA NA VISÃO PÓS-KEYNESIANA: UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA AO PENSAMENTO CLÁSSICO	14
2.2. Exclusão, restrição ao crédito e reestruturação após 1990	18
2.3. Os Bancos e o Sistema de Crédito	24
3. A PRESENÇA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	27
3.1. Surgimento das cooperativas de crédito no Brasil.....	29
3.2. Panorama das cooperativas de crédito no Brasil	32
4. METODOLOGIA	38
4.1. Quanto à abordagem	38
4.2. Quanto aos objetivos.....	39
4.3. Quanto à natureza	39
4.4. Quanto aos procedimentos.....	40
5. DISCUSSÃO E RESULTADOS	42
5.1. SICOOB e SICOOB Carnaíba-PE	42
5.2. Resultados e discussão: O município.....	44
5.3. Resultados e discussão: Questionários	53
6. CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	66

1. INTRODUÇÃO

O consumo por bens nacionais pelas famílias é um dos fatores mais relevantes para o desenvolvimento das economias. Em países subdesenvolvidos, o consumo das massas populares é maior em produtos nacionais, principalmente bens primários (FURTADO, 2005). Ao mesmo tempo, essas massas populares compõem grande parte da população nesses países. Em qualquer crise financeira familiar ou extrafamiliar pode ser dito que foi observado, desde o começo do capitalismo, como rapidamente as famílias migram da classe média à classe baixa, ou, dependendo do acontecimento, da classe média à extrema pobreza. Este tipo de evento é muito comum, sendo causado até por chegada de filhos, começo de aulas, multas inesperadas, doenças, acidentes, roubos ou aumento de preço de algum produto. O número de famílias entre as quais esse fato acontece é muito numeroso, provocando uma diminuição no consumo das famílias, e estancando a economia.

Observando esses fatos, em 1746, cria-se o primeiro Fundo de Empréstimos, com o fim de diminuir a quantidade de famílias em situação de pobreza. Tais empréstimos eram dados sem juros e com um prazo de três meses. Com o desenvolvimento das economias, surgiram os Bancos Centrais e bancos comerciais, funcionando tanto como fundo de investimentos e poupança, como emprestador. Porém, o acesso a eles ficou cada vez mais restrito e excludente. A partir do estancamento econômico, que provoca uma necessidade de acesso a empréstimos para alavancar a economia, somando-se o aumento do desemprego, inflação e demais fatores provenientes desse processo, tem-se gerada uma inadimplência crescente, que causa perigo de colapsos bancários, sistemas de créditos e contas públicas. Nesse cenário, nascem as cooperativas de créditos, buscando atender à população sem acesso ao crédito e empréstimos.

Ao analisar pequenas cidades de baixa renda *per capita* percebe-se que, mesmo com número menor de famílias, obtêm-se porcentagens maiores de inadimplência e baixo consumo, mas, em contrapartida, com o acesso ao crédito, surge a diminuição da inadimplência e o aumento do comércio. Exemplos disso se deram no Rio Grande do Sul, onde nasceram as primeiras cooperativas no Brasil. Num lapso menor de tempo foi possível observar o crescimento das economias em cidades nas quais chega o acesso ao crédito por meio das cooperativas, levando-se em conta que um

maior número de habitantes terá acesso. Pode-se afirmar que, ao provocar o crescimento de renda, a economia local se vê aquecida, alavancando o crescimento no comércio nos primeiros anos. Cabe destacar que com a chegada dessas cooperativas, sua utilização começa com as famílias, mas rapidamente são usadas pelas micro e pequenas empresas, as quais podem levar as cidades ao desenvolvimento econômico a longo prazo. No entanto, não se pode declarar que esse fato isolado leve ao desenvolvimento. Deve-se entender, primeiramente, que existe um fator importante nesse processo, a responsabilidade no uso do crédito pelas famílias.

No ano 1902, em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, nasce a primeira cooperativa pela iniciativa do Padre Theodor Amistad, que, anos depois, funda 27 cooperativas no estado. Essas cooperativas foram muito importantes para os pequenos produtores rurais, que desenvolveram o agronegócio. Foi constatado que, em Nova Petrópolis, obteve-se o desenvolvimento da cidade a partir do crescimento do comércio. Diante disso, levantou-se a pergunta problematizadora: A presença da Cooperativa SICOOB no município de Carnaíba-PE permite, de fato, melhorias na economia local? A hipótese é que as cooperativas de crédito, ao facilitarem o acesso ao crédito para famílias e empresas, seria um dos elementos que permite o crescimento da economia local. Assim, relacionando todos os apontamentos iniciais, estabeleceu-se como objetivo geral discutir a relação entre a presença da Cooperativa de crédito SICOOB e o desempenho econômico local, tendo o município de Carnaíba-PE como objeto do estudo de caso.

Para que o objetivo geral seja satisfeito, optou-se por percorrer objetivos específicos que direcionaram o presente trabalho. São eles: apontar a teoria dos fundos emprestáveis e o papel do crédito para o crescimento econômico e social, levantando a questão das desigualdades de acesso ao crédito e a exclusão financeira, advinda da nova estruturação do sistema financeiro a partir da década de 1990; descrever o surgimento das cooperativas de crédito, considerando a mudança na estrutura do sistema financeiro brasileiro; discutir a relação entre a presença da Cooperativa de Crédito SICOOB no desempenho do município de Carnaíba-PE, a partir de indicadores socioeconômicos trazendo dados do município antes e depois da implantação da unidade local, bem como dados das inscrições de associados da cooperativa, e apresentando, ainda, dados acerca das impressões dos associados acerca dos serviços recebidos.

O presente trabalho se justifica pela importância social do desempenho econômico do município e da cooperativa na relação com a população e o comércio local. Academicamente, não foi encontrado nenhum trabalho que discuta a relação entre a presença de cooperativas de crédito e a evolução da atividade econômica local, o que aponta a relevância na contribuição acadêmica desse trabalho para a região.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O PAPEL DOS BANCOS SOBRE A OFERTA BANCÁRIA NA VISÃO PÓS-KEYNESIANA: UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA AO PENSAMENTO CLÁSSICO

A teoria dos fundos emprestáveis é dada pela ideia de que a taxa de juros é determinada pela oferta e demanda de fundos emprestáveis. A visão clássica considera que a taxa de juros é um fator que equilibra a demanda por recursos para financiar projetos de investimentos e sua oferta a partir do montante disponível em poupança, na qual os fundos para o investimento maximizam o lucro pelos bancos. Por outro lado, no contexto clássico, existem dois agentes importantes que são os poupadores e os investidores, formando um sistema financeiro intermediário passivo, incapaz de determinar o volume e a quantidade de capital de financiamento do investimento (VALENTE, 2006).

Para essa visão existem duas implicações que surgem como problema: Se a poupança não for grande o suficiente, o investimento e, igualmente, o crescimento econômico não se desenvolvem, tendo que apelar para os recursos vindos do exterior, como fundos internacionais, por exemplo. O segundo problema é que a taxa de juros tem que ser adequada e livre para que os poupadores obtenham maior estímulo.

Na visão de Keynes (1996), a teoria clássica caracteriza-se na seguinte crítica:

sempre que um indivíduo realiza um ato de poupança faz algo que, automaticamente, reduz a taxa de juros e que essa baixa estimula, automaticamente, a criação de capital e de que a baixa na taxa de juros tem lugar, precisamente, na proporção que se necessita para estimular a produção de capital numa amplitude igual ao aumento da poupança; e de que isto é, além do mais, um fenômeno de ajustamento auto-regulando que opera sem necessidade de nenhuma intervenção especial ou de cuidados maternos por parte da autoridade monetária. De maneira idêntica – e esta é uma crença ainda mais generalizada, mesmo hoje, cada ato adicional de investimento fará, necessariamente, subir a taxa de juros, se não for compensado por uma mudança na disposição para poupar (KEYNES, 1996, p.182-3).

Na concepção novo-keynesiana, James Tobin aparece como responsável por explicar como os bancos comerciais atuam como instituições lucrativas relacionados às oportunidade (PAULA, 1999). Surge a visão de bancos comerciais, não como meros intermediadores, mas como entidades com interesse no uso das reservas disponíveis para lucrar com a concessão de empréstimos. Nasce a ideia, então, dos bancos determinarem as taxas de juros para chegar ao equilíbrio entre as suas reservas e os empréstimos, criando-se taxas de juros para a população que fosse capaz de cobrir os juros pagos pelos próprios bancos.

Em momentos em que a moeda-mercadoria era a mais importante forma de pagamentos, não se podia considerar uma distinção entre poupar e investir, posto que as poupanças individuais se mesclavam com os financiamentos, segundo Studart (1993), que ainda garante que o crédito representava, então, apenas a transferência da moeda-mercadoria de agentes superavitários para os deficitários, e isso se contrapõe com o fato de que, em sistemas financeiros modernos, o crédito se dá na simultaneidade dos ativos e passivos, e numa operação contábil.

Não há teorias de forma explícita sobre bancos comerciais propriamente ditos elaboradas pelos pós-keynesianos. O próprio Keynes não abordou com profundidade o comportamento dos bancos em um aspecto microeconômico. Keynes e os pós-keynesianos, portanto, voltaram-se mais para a estrutura macroeconômica dos bancos, abordando muito mais as variáveis globais, relatando efeitos e causas, não estudando comportamentos financeiros individuais (PAULA, 1999).

Para os pós-keynesianos, os bancos comerciais são iguais a quaisquer outras firmas que têm expectativas num lucro em um futuro incerto, e, dado a isso, têm preferência pela liquidez e são capazes de criar meios de pagamento, tal como créditos. Os bancos comerciais passam, portanto, a ter um papel ativo na determinação da oferta de meios de pagamentos, com base em suas expectativas quanto ao ambiente econômico. Em outras palavras, os bancos têm expectativas próprias e exercem impacto decisivo nas condições de financiamento da economia e nos gastos dos seus agentes, causando mudanças nas variáveis reais da economia (PAULA; ALVES JUNIOR; MARQUES, 2001). Nesse sentido, o banco tem papel fundamental no nível de atividade econômica, na tomada de decisões sob as condições de incerteza e sob a teoria de preferência pela liquidez, compatível com a visão de Keynes de que:

Os bancos não devem apenas fazer escolhas com relação a suas aplicações, mas também com relação a suas fontes de recursos. Longe de contar com curvas de oferta horizontais de recursos, buscam ativamente novas fontes, estendendo suas escolhas estratégicas para os dois lados do balanço [...] O ponto central reside em considerar que os bancos, como outros agentes, devem desenvolver estratégias de operação de modo a conciliar a busca de lucratividade com sua escala de preferência pela liquidez (CARVALHO, 1993, p.120).

Em contrapartida, os bancos, para os clássicos, são agentes passivos na determinação da oferta monetária. Na perspectiva clássica, os bancos atuam como intermediários neutros quando se trata de transferência de recursos entre investidores e poupadores, tomando como base os recursos disponíveis, o que acaba não afetando as condições de financiamento da economia. Esse é outro ponto de choque entre as teorias econômicas. Na visão dos clássicos, cabia aos bancos, portanto, somente a tarefa de intermediar a transferência de empréstimos e de depósitos, isto é, transferir os recursos das unidades superavitárias para unidades deficitárias. Assim, a existência dos bancos é tratada para eles como uma intermediação entre as autoridades monetárias e os agentes financeiros. A atividade bancária age de forma passiva na economia, sendo passiva a determinação de preços e variáveis reais da economia (PAULA, 1999). Dessa maneira, os bancos comerciais são dados como criadores de forma técnica da moeda bancária, tendo em vista o ajuste passivo, dada a razão de reservas.

Keynes critica a visão de que os bancos, sendo receptores passivos de depósitos, não conseguem emprestar mais do que recebem, já que são instituições passivas de intermediação de recursos entre superavitários e deficitários. Os bancos são capazes de criar crédito sem ter que depender completamente de depósitos prévios, ou seja, a flexibilidade em suas operações permite emprestar sem ter reservas em caixa, e a moeda é criada pelas instituições em forma de obrigações (PAULA, 1999). Na tradição Keynesiana, segundo Dutra et al (2015, p. 682),

são os bancos, por meio de sua disposição em ofertar crédito, que determinam, em última instância, o ritmo da atividade econômica. A decisão de conceder crédito viabiliza um volume de investimento acima da poupança e, conseqüentemente, maior crescimento do produto.

A atuação bancária é, de fato, ativa, seja na determinação de forma direta na administração dos recursos das unidades superavitárias e deficitárias, seja na criação de créditos, como aqueles relacionados aos depósitos. Nessa atuação, para os pós-keynesianos, “a oferta de crédito é perfeitamente elástica, o que pressupõe que os

bancos comerciais realizam empréstimos atendendo a toda demanda existente à taxa de juros de mercado, não sendo nunca constrangidos quantitativamente em termos de reservas” (PAULA, 1999, p. 4).

Os bancos têm expectativas de lucro, assim como também detém o poder de influenciar na oferta e na demanda de moeda-crédito. Dymsky (2007, p. 262) aponta para o fato de que “ou um banco é um mecanismo para maximizar o tamanho da margem produto-insumo, ou ele é um gerador de serviços específicos, o qual torna-se mais eficiente à medida que o custo do insumo destes serviços declina”. Significa dizer também que os bancos comerciais têm o poder de influenciar diretamente nas variáveis reais da economia, tanto em torno do produto, quanto do emprego e do comportamento cíclico dos preços. Isso acontece, por exemplo, quando reduzem ou aumentam os juros relativos às suas obrigações e aos serviços que prestam, ou quando controlam tarifas para depósitos e outros serviços, taxas sobre os empréstimos, etc. Exemplo disso está representado no fato de que os bancos podem racionar a concessão de crédito ao setor produtivo, impedindo a consolidação de projetos de investimentos de empreendedores. Nessa perspectiva, negócios não seriam gerados (ou seriam gerados em menor quantidade), afetando, por exemplo, a oferta de emprego.

Os bancos comerciais afetam as condições de financiamento da economia, do nível de gastos, nas oportunidades, nas estruturas das classes sociais, pois, conforme apontou Dymsky (2007, p. 255), os bancos, além dos serviços de crédito, “aumentam o bem-estar individual para aqueles indivíduos que os recebem e assim, aumentam o bem-estar social”. Além disso, ainda de acordo com o autor, não é simplesmente pela existência dos bancos que se produz esse bem-estar social, mas pela eficiência de cada banco em cada sociedade.

Da mesma forma, os bancos, de maneira geral, têm o potencial de servirem como propulsores de desigualdades sociais. Dymski (2007) chama a atenção para o fato de que a exclusão financeira é um conceito central no horizonte do crédito e das instituições financeiras. O próprio acesso às contas bancárias é estabelecido por elementos excludentes, conforme aponta Dymski (2007), a exemplo de indivíduos que não possuem comprovação de endereço fixo. No contexto brasileiro, inclusive, o acontecimento da exclusão financeira é presente na dinâmica das instituições financeiras.

A visão clássica tenderia, então, a privilegiar um mercado competitivo, considerando as taxas de juros como positivas, únicas e estimulantes da poupança, da intermediação financeira e do investimento. Por outro lado, na liberalização financeira, a repressão financeira, taxa de juros inferior à taxa de equilíbrio e políticas de crédito seletivo é o principal problema, especialmente em países em desenvolvimento, segundo afirma Studart (1993).

Mesmo sabendo que os bancos não são os únicos agentes na sociedade a agirem de tal forma, Minsky (1986, apud PAULA, 1999) declara que os banqueiros vão à procura de construir fortunas tirando vantagem de toda e qualquer oportunidade de lucro oferecida pelo fluxo de depósitos, créditos e taxas de juros estabelecidas e aceitas. E, nesse contexto, conforme afirmam Saad-Filho e Lapavitsas (1999, p. 36), “o sistema de créditos é um mecanismo para a realocação de fundos ociosos entre capitais industriais e comerciais, aumentando a eficiência do processo de acumulação de capital, e ampliando seu alcance”.

2.2. Exclusão, restrição ao crédito e reestruturação após 1990

Após a implantação do Plano Real, surgiu a necessidade de reestruturar o sistema bancário. Nesse sentido, o governo em exercício elaborou e implementou três programas: o Programa de Estímulo à Recuperação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF) (MORA, 2015).

O PROER foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, em novembro 1995, e autorizou o repasse de dinheiro público para bancos privados que estavam em condição financeira debilitada. O programa buscava o menor custo para o Tesouro e a sociedade, com um seguro de depósitos para valores até R\$ 20 mil, fazendo com que houvesse interesse por parte dos depositantes, atendendo até 95% deles (BCB, 2018).

A estabilização da economia mundial advinda das diversas intervenções estatais provocou, no mundo inteiro, o fechamento de bancos, e, no Brasil, a situação não era diferente. A crise bancária se tornou um fantasma, e a credibilidade tornou-se o aspecto mais relevante da indústria bancária, conforme informa o BCB (2018). O

PROER, nesse contexto, por meio da Medida Provisória nº 1.179 e da Resolução nº 2.208, decretou a fusão e incorporação dos bancos sob normas ditadas pelo BCB. O governo se antecipava e tomou medidas para que somente entidades com saúde financeira permanecessem no mercado, assegurando os investimentos e a poupança da sociedade, e, conseqüentemente, a fruição da economia, forçando os bancos a se corrigirem através da fiscalização e autoridade do BCB, que poderia, a partir de então, determinar a capitalização da empresa, promulgar intervenções ou liquidação extrajudicial, indisponibilizar acionistas controladores, decretar privatizações, restringir atividades das empresas, e outras ações que assegurassem a estabilidade econômica bancária. Nesse sentido, concorda-se com a afirmativa de Minsky, que declara que “os bancos centrais tanto restringem o comportamento do financiamento quanto, como emprestadores em última instância, diminuem as conseqüências de ondas especulativas” (1993, p. 24).

Certamente, trata-se de uma medida heterodoxa. Segundo aportam Saad-Filho e Lapavitsas (1999, p. 26), o banco central, para os pós-keynesianos, “fornece a base monetária correspondente à moeda em circulação a um preço que ele mesmo determina: a taxa de juros. O aumento de estoque da moeda no decorrer do circuito é igual ao aumento líquido da dívida das empresas e da poupança das famílias”.

O PROER, no período de 1995-1997, impulsionou o saneamento bancário e foram colocados à venda os grandes Bancos Nacionais para Bancos Estrangeiros como o Santander, HSBC, entre outros (MORA, 2015). Pode-se perceber a diminuição das empresas bancárias a partir do ano 1994 até 2003, período em que 82 bancos fecharam. Entre os anos 1995 e 2002 fecharam as portas 437 instituições, sendo 62 bancos múltiplos, 12 bancos comerciais, 66 sociedades corretoras, 182 sociedades distribuidoras (GONÇALVES, 2007).

Esse movimento de controle segue o fluxo da economia mundial, e faz parte do processo de globalização do mercado. Entre as décadas de 80 e 90, segundo o BCB (2018), a liquidação de instituições financeiras e processos de fusão aconteceram em muitos países. A título de exemplificação, nos Estados Unidos o número caiu de 14.500 entidades para 10.000 nesse período; e na Argentina, do começo ao final do ano de 1994, de 188 bancos, restaram 133.

O PROES foi o principal programa de privatização do setor bancário no Brasil, e foram criadas duas linhas de crédito, cujo principal objetivo seria a

renegociação dos passivos dos bancos estaduais relativo à ação de administração e o controle das instituições. A primeira seria o financiamento de 100% das dívidas, caso os bancos estaduais fossem privatizados. A segunda linha de crédito seria 50% das dívidas se o Estado optasse pelo saneamento das instituições. No ano em que o PROES foi criado, 35 instituições eram controladas pelos estados brasileiros. Em 2002, com exceção de quatro estados, todos os demais aderiram ao programa PROES. Pelo programa, até o ano de 2002, dez bancos foram privatizados, dez extintos e dezesseis transformados em agências de fomento; cinco bancos passaram pelo processo de saneamento e continuaram sendo instituições estaduais. O programa foi financiado com os recursos do tesouro nacional mediante aos recursos públicos (BRANDÃO, 2009).

A PROES apoia a intervenção, a federalização das dívidas, incentiva a privatização dos Bancos Estaduais, dos quais sobraram poucos na época. Coube ao PROEF, último dos programas governamentais anteriormente citados, ter a maior responsabilidade pela retração do crédito, que passou, em dezembro de 1995, de 34% do PIB para 26% em dezembro de 2002, permitindo a transferência dos ativos com problemas de liquidação para a Empresa Gestora de Ativos (ENGEA), o que provocou uma queda na oferta de crédito com a participação dos bancos públicos (MORA, 2015).

Diante de todo esse contexto da liberalização da economia, a nível global, potencializaram-se desigualdades sociais, a partir da reprodução da concentração de renda. O sistema bancário, de maneira geral, confere tratamentos diferenciados, oferecendo poucas opções a clientes que fazem pequenas movimentações, e uma série de produtos e serviços financeiros a clientes de renda alta. A cerca disso Dymski (2007) relata que:

Os bancos estão recebendo mais rendimentos através de tarifas, enquanto combinam com mais sucesso a maturidade e a transferência do risco de inadimplência dos seus empréstimos nos mercados secundários. Aos clientes mais privilegiados são oferecidos serviços cada vez mais refinados e integrados; mas aos outros são dadas poucas opções, a custos mais elevados. Não se pode mais assumir que os produtos vendidos pelos bancos a todos os seus clientes invariavelmente melhoram o bem-estar deles no curto ou no longo prazo. Isto faz com que seja essencial olhar a “eficiência” dos bancos em qualquer dada sociedade tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista operacional (DYMSKY, 2007, p. 256).

Nessa perspectiva, o autor formula o conceito de exclusão financeira promovida pelos bancos ao afirmar que a distância do nível de garantia e de

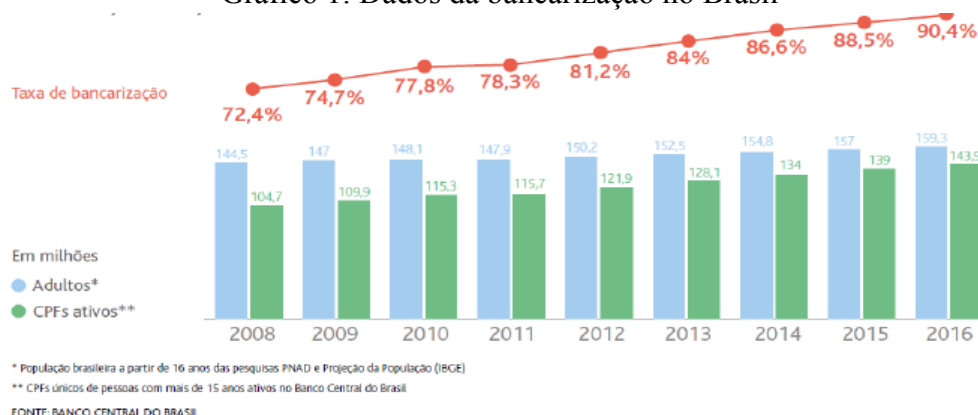
prosperidade entre os indivíduos que dispõem de um conjunto de serviços e aqueles que não dispõem tem crescido significativamente, à medida do crescimento dos portfólios financeiros. Assim, exclusão financeira se expressa na condição na qual famílias de baixa renda não conseguem acesso aos serviços financeiros apropriados, ou apenas obtêm a partir de custos muito altos (DYMSKY, 2007).

A desigualdade, segundo Mendes (2013) pode gerar crescimento econômico por meio de incentivos ou poupanças. No caso dos incentivos, sabe-se que a relação entre recompensas e punições provoca a melhora de produtividade e, portanto, de renda; mas, por outro lado, se as restrições desse modelo abarcarem o sistema de crédito ou a voz política do indivíduo, a relação causal se torna negativa. Mendes ainda afirma que no caso das poupanças, o pensamento convencional (ortodoxo) entende que onde os índices são altos, a renda *per capita* também é, devido ao crescimento endógeno. Contudo, “há várias teorias que sustentam a existência de relação positiva, negativa ou neutra entre a desigualdade de renda e a poupança. Evidências econométricas recentes mostram que a desigualdade de renda não tem efeito significativo sobre a taxa de poupança” (MENDES, 2013, p. 17).

Segundo Leyshon e Thrift (1995, p. 314; apud CROCCO, SANTOS, FIGUEIREDO, 2013, p. 507), essa exclusão financeira seria definida como uma espécie de prevenção de acesso a serviços financeiros por parte de alguns indivíduos e grupos sociais. Essa definição, contudo, perpassa as questões geográficas e físicas, uma vez que também está relacionada com a localização das agências bancárias e a disponibilização do crédito. Portanto, as cidades mais afastadas geograficamente e com renda média mais baixa enfrentam dificuldades com a possibilidade de ter apenas uma agência bancária, ou nenhuma.

Ainda assim, segundo os dados da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN – de 2016, 90,4% da população está bancarizada, enquanto em 2008 eram pouco mais de 72%, conforme pode-se ver no gráfico a seguir.

Gráfico 1: Dados da bancarização no Brasil



Fonte: FEBRABAN, 2017, p. 23.

As taxas de bancarização são obtidas considerando-se a razão entre a quantidade de CPF ativo no BCB das pessoas maiores de 15 anos e a população a partir dessa idade. Contudo, Crocco, Santos e Figueiredo (2013) afirmam que os serviços são limitados e essenciais no atendimento bancário à maior parte da população. Uma pesquisa realizada por Kumir (2004, apud CROCCO, SANTOS, FIGUEIREDO, 2013, p. 506) indica que 68% dos entrevistados recebiam sua renda em dinheiro, 24% em conta-corrente e 4% em cheques. Dentre os entrevistados 15% já tinham feito algum pedido de crédito no último ano, dos quais apenas 2/3 foram aprovados.

Se para os pós-keynesianos a moeda influencia a demanda agregada, e, conseqüentemente, os níveis de renda, o Estado permanece em incertezas, e, nesse aspecto, a determinação da liquidez, segundo Souza (2015), pode se tornar um entrave na solidez do sistema financeiro. A demanda da liquidez determina os níveis de crédito e de financiamentos. O autor afirma que “nas regiões periféricas, a preferência pela liquidez é maior ocasionando maior concentração de crédito nas regiões centrais” (2015, p. 3). A emigração das regiões periféricas, além da necessidade de importação de produtos de consumo aumenta a necessidade de liquidez desses lugares e, portanto, a maturação do mercado regional pode ser mais lenta, e isso promove também a exclusão social e a concomitante renegação do crédito. Conforme Souza (2015, p. 6), a questão geográfica e das periferias é importante, “na medida em que a presença de agências bancárias próximas às residências dos moradores é fator crucial de inclusão financeira”.

Existe a ideia, segundo Mendes (2013, p. 19), de que a o desenvolvimento das poupanças se deve à desigualdade de riqueza e renda, e essa teoria se baseia na teoria de que ricos são mais capazes de economizar que pobres, e, assim, se a renda é transferida dos pobres para os ricos tem-se maior resultado na poupança agregada.

Essas teorias estão infiltradas tanto entre ortodoxos como entre heterodoxos. Nesse contexto,

Becker (1975) segue um caminho diferente de raciocínio ao argumentar que os indivíduos pobres e os ricos poupam a mesma proporção de suas rendas. Contudo, os pobres tendem a poupar investindo em capital humano enquanto os mais ricos poupam acumulando ativos físicos e financeiros. Isso porque o capital humano tem retornos decrescentes. Por isso, os pobres, que supostamente são menos instruídos, vão obter retornos mais elevados e, em consequência disso, investir relativamente mais em educação. Tendo em vista que as despesas em capital humano são registradas como consumo nas contas nacionais, os pobres aparentemente poupam menos, mas o fato real seria que eles usam um instrumento diferente de poupança (apud MENDES, 2013, p. 20).

É a partir dessa evidente constatação, que, após a década de 90 e a crise do petróleo, bancos do mundo inteiro têm se voltado para o atendimento à população de baixa renda; entretanto, os serviços oferecidos e os preços desses mesmos serviços são mais elevados, haja vista o maior risco na perspectiva dos bancos. Embora uma população maior seja alcançada, isso acontece de forma desigual. Além disso, elementos macroestruturais influenciaram os microestruturais, e, ainda, em cenários mais arriscados, pode ocorrer a volatilidade cambial e dos juros, segundo afirma Souza (2015).

Para Dymisky (2007), quanto mais os bancos evoluem em tipos e quantidade de serviços prestados, mais se expande a distância do grupo de pessoas a quem esses serviços são oferecidos, e o número de pessoas que não têm essa ampla gama de ofertas cresce, o que gera muitas pesquisas acerca da exclusão financeira, posto que muitas famílias não têm acesso adequadamente à prosperidade e acabam sendo impedidas de fugirem das dívidas. Em todo esse cenário, a Constituição de 1988 tinha incluído as cooperativas de crédito no sistema financeiro nacional, mas durante o Plano Collor, em 1990, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo é extinto e as cooperativas são forçadas a se conveniarem com as instituições oficiais, principalmente com o Banco do Brasil. Assim, desde a segunda metade da década de 60 até o começo da década de 90, as cooperativas de crédito permaneceram praticamente imobilizadas. Em 1994, o governo volta a permitir a abertura das Unidades de Atendimento e no ano seguinte, autoriza a abertura de bancos comerciais controlados por cooperativas de crédito. Tratava-se, agora, de um sistema financeiro que buscava a oferta do crédito.

2.3. Os Bancos e o Sistema de Crédito

No período de 1989 a 1991, a relação Crédito/PIB era de aproximadamente 24%, porém, em 1992, deu um salto para 28,56% chegando, em 1994, a 36,6%. Nesse momento se acreditou numa mudança de estruturas com crescimento do crédito. Porém, o Brasil não pode ser considerado, em um panorama mundial, um país com uma alta taxa Crédito/PIB, mesmo tendo demonstrado esse aumento nos anos 1992 a 1994. Em 1995, dita relação caiu para 32,06%, voltando em 1999 à porcentagem de 24,87% (GONÇALVES, 2007).

Em 1994, cria-se o Plano Real e muda não somente a moeda como também todo o comportamento e estrutura financeira. Com a estabilidade econômica, retirou-se dos bancos comerciais sua principal fonte de receita. Na criação por moeda os bancos se recompensam através da taxa de juros e da resignação da moeda como ativo; ou seja, em uma economia monetária os agentes procuram motivos que os levem a uma retenção de moeda, em uma transação que envolve a moeda como meio de pagamento ou especulação no mercado financeiro sobre a taxa de juros, retendo moeda em uma perspectiva de um futuro incerto. Assim, começaram os bancos a procurar novas fontes de lucro, nas quais as operações de crédito apareceram (GONÇALVES, 2007).

Após a adesão ao Plano Real colocaram-se taxas elevadas em todas as operações bancárias, tanto transferências em dinheiro, talões de cheques, extratos até confecções de cadastro, entre outras (NEVES, 2010). A expansão do crédito ocorreu por recursos livres adotados pelas pessoas físicas e pessoas jurídicas. Os créditos concedidos às pessoas físicas eram bem superiores, totalizando 38% do crédito concedido com recursos livres, em dezembro de 2003. No ano de 2007, esse valor já era equivalente a 45% em operações de crédito (MORA, 2015). A partir de 2004, as expectativas tornaram-se otimista em relação ao crescimento da oferta de emprego e a estabilização da economia.

Houve uma expansão dos empréstimos à pessoa jurídica, sendo de 17% em relação ao PIB em dezembro de 2006, para 23% em dezembro de 2008, vindo de uma desaceleração do crédito à pessoa física pelo aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e a redução dos 30% aos 20% do limite de desconto dos aposentados e pensionistas, os quais eram vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O Brasil continuou aumentando o nível de crédito em relação ao PIB

independente da crise, pelo que mudou a sua estrutura. Antes, a maior participação era dos Bancos Estrangeiros, e, em um segundo momento, a maior participação passa a ser pelos Bancos Nacionais e Públicos. Esse ato foi fundamental para evitar uma crise sistêmica interna do país, que poderia chegar a ter grandes proporções na esfera econômica com direção à economia real (MORA, 2015).

O crédito consignado em folha impulsiona a expansão, e, assim, segundo o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – (2014) a relação crédito/PIB foi de 35,5%, no ano de 2008, para 56,5%, no último mês de 2013. Durante esse tempo, o crédito PJ/PIB foi de 19,1% para 30,5%, e, além disso, o crédito PF/PIB subiu de 16,4% para 26%.

A partir de 2003, o âmbito do acesso ao crédito, tornou-se plano de crescimento para o país (DIEESE, 2014). O DIEESE também aponta que o crédito possui grande e importante papel na economia, uma vez que é fundamental para o financiamento de consumo das famílias e para o investimento dos setores produtivos. No panorama já apresentado, o BCB declarou, em 2003, que:

Com essa visão de expansão econômica através do aumento do crédito, financiamento, empréstimo, aumento de moeda em circulação, o Brasil alcança uma nova etapa, na qual uma porcentagem de 24,6% de relação Crédito/PIB em dezembro de 2003, passa a 45,3% em dezembro de 2010. O governo impulsionou e incentivou muito o aumento ao crédito, que obteve um crescimento, do ano de 2003 a 2010, de 9,37% a 20,64% em crédito à pessoa física e de 15,24% a 24,61% em financiamento para empresas (MORA, 2015).

Neste período se criam e se ampliam ao mesmo tempo, várias modalidades para o acesso ao crédito e empréstimos, além de ser colocado massivamente nos meios de comunicação o incentivo à tomada desses empréstimos para o aumento do consumo. Entre outras, uma das medidas novas e ampliadas foi o crédito consignado em folha de pagamento, cartões de crédito, crédito para aquisição da casa própria e o crédito rural.

Em setembro de 2008, a falência da Lehman Brothers provocou uma crise internacional sistêmica, que afetou diretamente a oferta ao crédito no Brasil pelo domínio e maior participação dos Bancos Estrangeiros.

Cabe mencionar aqui que os bancos estrangeiros repatriaram recursos da ordem de US\$ 56 bilhões. Este movimento requereu a redução da carteira de crédito e a liquidação de aplicações financeiras – especialmente certificados de depósitos bancários (CDBs) de

instituições de pequeno porte – e implicou a retração da participação dos bancos estrangeiros no sistema financeiro privado brasileiro (MORA, 2015; p.12)

A participação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) foi fundamental para este período, já que o logrou evitar inadimplência de uns setores, e estimular outros, puxando a economia ao crescimento, em vez de em direção a uma retração. Houve também participação da Caixa Econômica com a política de financiamento do plano Minha Casa Minha Vida, com a finalidade de alavancar o setor habitacional, e do Banco do Brasil com financiamento para alavancar o setor automobilístico. Ao mesmo tempo, o apoio entre os bancos nacionais e públicos para se manterem comprando carteiras e suprimindo a demanda de crédito dos bancos em dificuldades foi fundamental. Durante a crise de 2008, também houve medidas tributárias. Cabe destacar que, neste momento de risco de liquidez, os bancos estrangeiros retraíram a oferta de crédito e realizaram grandes transferências de recursos para a matriz (MORA, 2015). Nesse contexto, o BC declarou, em 2003, que:

O crescimento do cooperativismo de crédito tem sido favorecido pela flexibilização das restrições relativas à sua constituição e atuação, mantendo-se o rigor da regulamentação prudencial, o que evidencia a relevância do segmento para a autoridade de regulação e supervisão (BCB, 2003).

Todo esse cenário mostra que, apesar da expansão do crédito, os bancos públicos, nacionais e estrangeiros não logravam atender a demanda de conseguir uma inclusão social através do acesso ao crédito, levando à expansão de milhares de cooperativas de crédito. Apesar dos bancos públicos estimularem o acesso ao crédito, eles não atingem uma parcela da população, que somente é atendida por cooperativas de crédito, no quesito oferta de créditos, devido à sua estrutura de acesso a esses valores.

3. A PRESENÇA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NA ECONOMIA BRASILEIRA

Analisando o histórico das cooperativas, os princípios gerais do cooperativismo atual foram elencados no Congresso de Manchester, em 1995, realizado pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI. Em síntese, é possível elencar os seguintes princípios relativos ao cooperativismo: adesão voluntária livre, gestão democrática, participação econômica dos sócios, autonomia, educação, intercooperação e interesse pela comunidade. Todos esses princípios expressam uma filosofia própria do cooperativismo, que, etimologicamente, refere-se à ideia de que os cooperados participam de maneira livre e ativa (BULGARELLI, 1967).

Alguns conceitos sobre o cooperativismo também merecem ser destacados. Bulgarelli (1967) observa que as dificuldades iniciais em se conceituar cooperativismo devem-se, propriamente, ao fato de terem sido formuladas por economistas, que passaram a ressaltar apenas o aspecto não lucrativo da atividade cooperativa. Franke (1973), por sua vez, enxerga que a expressão cooperativismo pode ser entendida sob duas dimensões. Por um lado, expressa o sistema de organização econômica que visa a eliminar desajustamentos sociais, frutos da excessiva intermediação capitalista. Por outro lado, também significa uma doutrina que se expressa no conjunto de princípios que devem reger o comportamento humano integrado naquele sistema específico.

As cooperativas de crédito possuem a mesma essência e características de uma cooperativa comum, aprofundando apenas as suas peculiaridades. Young (2007, p.25, apud JUNIOR, 2011, *online*) define cooperativa de crédito como “a que tem por fim a organização de um fundo, formado pelo capital dos sócios destinado a empréstimos pecuniários a seus associados ou a outras cooperativas”.

As cooperativas de crédito são, assim, instituições financeiras com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados. Elas financiam as necessidades e iniciativas de seus cooperados e estimulam a poupança. São controladas pelo Conselho Nacional do Cooperativismo, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo BC, subordinadas às condições estabelecidas na Resolução Bacen 3.442/07, com alterações dadas pela Resolução Bacen 3.454/07. Regem-se também pelo disposto nas Leis 5.764,

de 28.12.1971, 4.595, de 31.12.1964, Lei Complementar 130, de 17.04.2009 e pelo respectivo estatuto social. Quanto às suas estruturas, podem ser classificadas em cooperativas singulares, Cooperativas Centrais e Federações e Confederações, conforme estabelecido na Lei 5.764/71, Art. 6:

As sociedades cooperativas são consideradas: I - singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos; II - cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados Individuais; III - confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades (BRASIL, 1971).

O órgão normatizador das cooperativas de crédito é o Banco Central do Brasil, conforme estabelece a Lei 4.595/64:

Art. 9º Compete ao Banco Central da República do Brasil cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional. Art. 10. Compete privativamente ao Banco Central da República do Brasil: [...] VI - Exercer o controle do crédito sob todas as suas formas; IX - Exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas; X - Conceder autorização às instituições financeiras, a fim de que possam: a) funcionar no País; b) instalar ou transferir suas sedes, ou dependências, inclusive no exterior; c) ser transformadas, fundidas, incorporadas ou encampadas; [...] f) alterar seus estatutos. [...] XI - Estabelecer condições para a posse e para o exercício de quaisquer cargos de administração de instituições financeiras privadas, assim como para o exercício de quaisquer funções em órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, segundo normas que forem expedidas pelo Conselho Monetário Nacional [...].

Portanto, essa subdivisão nas cooperativas de crédito pode ser compreendida da seguinte maneira: Cooperativas singulares, são aquelas que têm o contato direto com o cooperado, responsáveis pela captação de recursos, geração de crédito, financiamentos, receptoras de transferências de outras instituições financeiras e atuantes nas aplicações no mercado financeiro. Para que sejam constituídas é preciso um devido enquadramento pelo Banco Central. As cooperativas centrais, por sua vez, prestam serviços e supervisionam as suas singulares filiadas. E as confederações de cooperativas prestam serviços às centrais e suas filiadas.

É possível perceber, a partir da análise dos dois conceitos expostos, que há dimensões diferentes para a compreensão do cooperativismo. Trata-se, essencialmente,

de um sistema de organização econômica que visa a contrapor-se aos excessos do sistema exclusivamente capitalista, sem, no entanto, ignorar a necessidade da aquisição de capital. Nesse sentido, é a expressão prática de uma modalidade relacionada ao aspecto social do capitalismo.

3.1. Surgimento das cooperativas de crédito no Brasil

A abordagem histórica do surgimento do cooperativismo diz respeito a uma união, de natureza coletiva, cuja finalidade é alcançar determinado objetivo. A ideia geral sobre o cooperativismo ergue-se através de princípios básicos, amplamente discutidos na literatura sobre o tema. De acordo com a SICOOB (2018):

O registro do surgimento do termo “cooperativismo” em solo brasileiro data de 27 de outubro de 1889, quando os funcionários públicos de Ouro Preto fundaram sua “Sociedade Cooperativa Econômica” na cidade de Minas. Embora fosse caracterizada como uma cooperativa de consumo, a entidade previa a existência de uma “caixa de auxílios e socorros”, destinada às viúvas de associados e a sócios que caíssem na “indigência por falta absoluta de meio de trabalho”, conforme consta no seu estatuto da época. Este detalhe fez com que a instituição mineira fosse reconhecida como a precursora das cooperativas mistas com seção de crédito no Brasil. Também há uma referência à existência da “Sociedade Beneficente de Juiz de Fora”, criada em 15 de março de 1885, portanto antes da de Ouro Preto (SICOOB, 2018).

É importante destacar, de início, que as cooperativas de crédito, muito embora lidem com aquilo que de mais essencial há no modelo econômico capitalista – o aspecto financeiro – guardam consigo o apelo social. Nesse sentido, enxerga-se o capital de maneira instrumental, conforme aponta Franz (2006).

Ainda segundo Franz (2006), as primeiras cooperativas de crédito surgiram no Brasil em 1902, trazidas pelo Padre Theodor Amstad, e desenvolveram-se na localidade da Linha Imperial, município de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. A origem das cooperativas de crédito no país diz respeito, portanto, à chegada de diversos imigrantes, no início do século passado. O autor ainda aponta que o cooperativismo de crédito passou a se tornar viável a partir da situação econômica em que os imigrantes viviam na Europa. Imigrantes chegaram ao Brasil em situação diversa daquela que imaginavam, uma vez que as terras disponibilizadas se localizavam em pequenos vales,

que dificultavam o plantio agrícola. Na mesma medida, a dificuldade também se estendia na procura por incentivos nos bancos privados.

Segundo o Portal do Cooperativismo Financeiro (2018), a primeira cooperativa se chamava Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, e ainda hoje ela existe, sob o nome de SICREDI Pioneira RS. Um ano depois da sua fundação, o governo já promulgou um decreto que permitiu que a organização de sindicatos rurais, em defesa dos agricultores e industriais, constituíssem as caixas de crédito.

Percebeu-se o enfrentamento de grandes dificuldades no período inicial das cooperativas de crédito, no Brasil. O incentivo estatal à concessão de crédito era significativamente baixo, assim como o apoio dos grupos financeiros tradicionais do país. Na atualidade, as cooperativas de crédito estão presentes de maneira intensa na dinâmica financeira do país, graças, sobretudo, ao refinamento da legislação, que passou a conferir maior especificidade às cooperativas.

A primeira cooperativa mista com seção de crédito, foi fundada em 1912, constituída de afiliadas agrícolas, enquanto a primeira cooperativa unicamente dedicada ao crédito, e que congregava cooperativas de créditos singulares, surgiu em 1925, e a primeira cooperativa de crédito mútuo foi constituída em 1946 (SICOOB, 2018).

Abordando o cooperativismo nas figuras das cooperativas de crédito, no Brasil, a Lei nº 4.595, de 1964, decretou a criação e regularização do sistema financeiro nacional, constituído pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil S.A., o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e outras instituições financeiras públicas (Art. 1º). Ainda estabelece que o Conselho Monetário Nacional funcionará em comunhão com as Comissões Consultivas. As cooperativas que operam crédito e as cooperativas de crédito agrícola fazem parte dessas Comissões Consultivas. Ademais, essa mesma lei encarrega o Banco Central do Brasil de autorizar o funcionamento e fiscalizar as cooperativas de crédito, no Art. 55. Outro marco legal relevante para o entendimento das cooperativas de crédito no país é a Lei n. 5.764/71, que determina que as cooperativas de créditos não têm como finalidade o lucro. Sua natureza jurídica está mais relacionada à sociedade do que à associação. O Art. 3º da referida lei atesta que as cooperativas celebram um contrato, no qual as pessoas, de forma recíproca, “se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum” (BRASIL, 1971).

Assim, reforça-se que, sobre o sistema, está estruturado em três níveis. No primeiro, estão as cooperativas singulares, que prestam serviços diretamente aos associados. No segundo, encontram-se as centrais estaduais e federações, que agrupam as singulares em busca de organização e integração das filiadas, o que facilita a utilização recíproca dos produtos e serviços; e, por fim, encontram-se a Confederação e o Banco Cooperativo, que coordenam e orientam as atividades das centrais e federações. Pinheiro (2008, p. 8) afirma que a partir de 2006, especialmente,

Como resposta aos diversos aperfeiçoamentos regulamentares, o cooperativismo de crédito no Brasil iniciou um processo de franca expansão, sem deixar de lado os aspectos prudenciais e de segurança, necessários a um crescimento em bases consistentes. De fato, cada vez mais os regulamentos aplicáveis às cooperativas de crédito estão se aproximando daqueles exigidos para as demais instituições financeiras, sem, contudo, deixarem de resguardar os princípios próprios do cooperativismo.

No Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNNC), os sistemas são compostos por cooperativas singulares, centrais ou federações e confederações. As cooperativas singulares são compostas por um mínimo de 20 pessoas físicas; as centrais, por um mínimo de três cooperativas singulares; e as confederações, por um mínimo de três centrais. Cabe a cada sistema, respectivamente, prestação de serviços direta aos associados; organização dos serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços; orientar e coordenar atividades de suas filiadas, quando o vulto dos empreendimentos vai além da sua capacidade de atuação (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016).

O Sistema Pioneiro de Crédito do Brasil organiza-se através de três outros sistemas, a saber, SICREDI, SICOOB e UNICRED. O Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI – é formado por um conjunto de cooperativas de crédito operacionalizadas através de regras jurídicas uniformes, conforme aponta Franz (2006). Focado no atendimento a diversos produtores rurais, o SICREDI disponibiliza a maioria dos produtos financeiros já oferecidos pelas instituições financeiras tradicionais, com características particulares.

Dentro desse cenário, o sistema UNICRED utiliza bancos públicos e privados para a execução das suas operações financeiras. Trata-se de um sistema que, na

sua origem, foi formado pela classe médica, muito embora, na atualidade, esteja disponível para a totalidade de profissionais envolvidos na área de saúde. Assim como o SICREDI, UNICRED também surgiu no Rio Grande do Sul. Apesar das suas dificuldades iniciais, por representar cooperativas de créditos especificamente voltadas para profissionais liberais, o sistema, atualmente, encontra-se presente em todos os Estados do país. O SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) possui uma ampla diversidade de associados, dos mais diversos públicos, e “todas as cooperativas do sistema são complementares, embora cada uma possua gestão independente e responsabilidades próprias” (FRANZ, 2006, p. 29). Assim, o SICOOB engloba cooperativas singulares e centrais estatais, além do Banco Cooperativo – BANCOOB. Trata-se de um sistema que privilegia a autonomia dos associados.

3.2. Panorama das cooperativas de crédito no Brasil

Desde 1990, o Sistema Financeiro Nacional, considera o cooperativismo de crédito como um movimento expansionista, que vem a se constituir um importante elemento na economia de regiões estagnadas, proporcionando inclusão financeira para a parcela da população de menor poder aquisitivo e gerando emprego e renda, além de auxiliar na redução da pobreza e contribuir para o aumento da eficiência do Sistema Financeiro Nacional (CHAVES, 2011).

O segmento apresenta grande potencial de crescimento no Brasil, contudo, ainda é desconhecido de grande parte da população, e, segundo Pinheiro (2008), também o é por parte de grandes autores, que classificam as cooperativas de crédito como instituições não-bancárias, uma vez que não são caracterizadas pela criação da moeda, como declara Assaf (2001, apud PINHEIRO, 2008). Carvalho et al (2000, apud PINHEIRO, 2008), por sua parte, não consideram as cooperativas como multiplicadoras de depósitos, mas classificam-nas como bancos, na medida em que entendem que “banco é o tipo de instituição financeira autorizada a captar depósitos” (2000, apud PINHEIRO, 2008, p. 8). Esses autores citados por Pinheiro (2008) concordam com a incapacidade das cooperativas em criar moeda. Contudo, Carvalho (2000, apud PINHEIRO 2008) admite que as cooperativas estejam verdadeiramente autorizadas a criar moeda escritural. Na medida em que “uma cooperativa de crédito está habilitada a

realizar praticamente todas as operações financeiras permitidas a um banco comercial” (PINHEIRO, 2008, p. 9), ela é capaz de realizar operações ativas, e, por isso, incorre nos mesmos riscos “de intermediação financeira” que os bancos comerciais e estatais (PINHEIRO, 2008, p. 9).

O Banco Central do Brasil divulgou em dezembro de 2016 um panorama do sistema nacional de crédito cooperativo, material que serviu de orientação e suporte para esta pesquisa. Trata-se da exposição de aspectos relativos à organização, aos processos de consolidação do segmento, análises de estruturas físicas, sedes, postos de atendimento, municípios atendidos por cooperativas de crédito, os agregados do segmento, e outros dados geradores das informações relatadas, que foram extraídos, no período de 31 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2016, a partir da Cosif, Consolidação Contábil das Instituições Financeiras; SCR, Informações de Crédito; Unicad; além de informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central e outras bases de dados disponíveis no BCB.

Até o ano de 2016 existiam 4 confederações, 35 centrais e 1.017 singulares em funcionamento no Brasil. Além desses pode-se destacar dois bancos cooperativos, o Banco Cooperativo do Brasil S.A., Bancoop; e Banco Cooperativo Sicredi S.A., Bansicredi. As quatro centrais em funcionamento eram a Confesol, a Unicred, a Socoob e a Sicred. As duas primeiras têm seu funcionamento devidamente autorizado pelo Banco Central, enquanto os serviços financeiros das singulares e das centrais filiadas às outras duas são realizados por meio do Bancoob e Bansicredi, respectivamente.

Havia, ainda, cinco centrais não filiadas às confederações, chamadas, então de centrais independentes; e 195 singulares não filiadas às centrais, chamadas singulares independentes. Os processos de incorporação dessas singulares e centrais foram o principal motivo de cancelamento de autorizações no ano em questão.

A tabela 1 mostra os principais motivos de cancelamento das autorizações para funcionamento das singulares. Problemas de incorporação assumem o primeiro lugar, seguido pela liquidação ordinária. O número de cooperativas que não conseguiu se manter no mercado e recorreu à liquidação ordinária é bastante baixo. Somente 4 singulares recorreram ao instrumento jurídico, por não poder, obviamente, uma cooperativa decretar falência. E somente duas tiveram sua autorização impedida devido diretamente a alguma iniciativa do Banco Central.

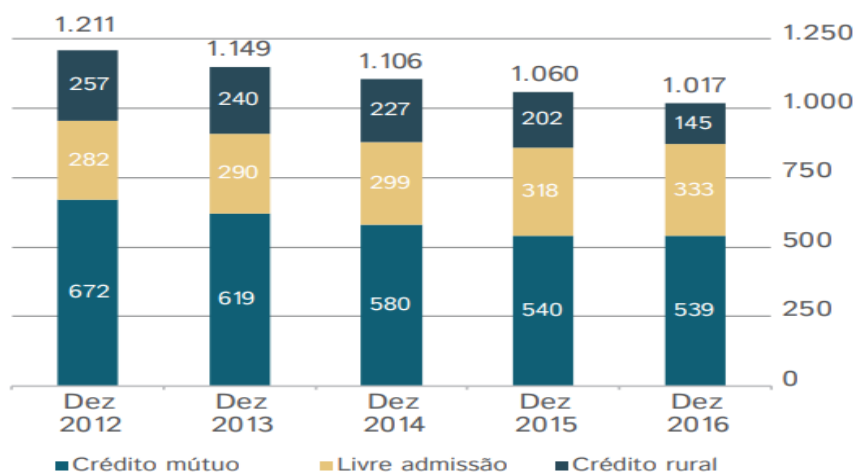
Tabela 1: Motivos para encerramento de atividade em cooperativas singulares

MOTIVO	2012	2013	2014	2015	2016
Incorporação	30	42	35	40	40
Liquidação ordinária	17	15	8	9	4
Iniciativa do BC	11	7	3	2	2
Outros	3	2	1	1	-
Total	61	66	47	52	46

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016, p. 10)

Importante no processo de consolidação que passa o segmento é o crescimento das singulares que admitem ingressos por livre associação, e a redução daquelas que exigem o crédito mútuo, bem como das de crédito rural. De acordo com o BCB, em 2016, duas singulares de livre admissão, seis cooperativas de crédito rural e dezesseis de crédito mútuo foram autorizadas a funcionar como livre admissão de associados. No final deste ano já havia em atividade 145 singulares de crédito rural, 333 de livre admissão de associados e 539 de crédito mútuo, conforme se pode observar no gráfico 2:

Gráfico 2: Cooperativas de crédito: Crédito mútuo/Livre admissão/credito rural



Fonte: (apud BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016, p. 11)

Em 2012 havia um total de 1.211 cooperativas, sendo 672 de crédito mútuo, 282 de livre admissão e 257 de crédito rural. No ano de 2016 o percentual das cooperativas diminuiu de 1.211 unidades para 1.017, sendo 539 de crédito mútuo, 333 de livre admissão e 145 de crédito rural. Pode-se destacar a evolução das cooperativas de livre admissão, que aumentaram sua quantidade enquanto as outras cooperativas se transformaram em livre admissão ou foram fechadas por determinação do Banco Central.

Os critérios estabelecidos pelos incisos I, II e III do art. 15 da Resolução do Banco Central do Brasil nº 4.434,6, de 5 de agosto de 2015, determinaram a categorização das cooperativas, precisando os tipos de investimentos que fazem, a moeda utilizada nesses investimentos, e a forma de captação de recursos. Assim, cooperativa plena é aquela que pode praticar qualquer operação financeira; clássica é a que não pode utilizar moeda estrangeira, operar com variação cambial e nem com derivativos; e as de capital e empréstimo são aquelas cujo *funding* será retirado apenas do capital integralizado pelos associados, não podendo captar recursos. Das 1.017 cooperativas singulares em atividade em 31 de dezembro de 2016, 37 classificavam-se como plenas, 789 clássicas e 191 de capital e empréstimo.

Todo o desenvolvimento do cooperativismo de crédito levou à expansão e surgimento de singulares em todas as unidades federativas do Brasil. Obviamente, por questões econômicas e históricas, essas cooperativas encontram-se hoje mais concentradas na região sul e sudeste. E mesmo que o número de singulares tenha diminuído de 2012 até os dias atuais, deve-se levar em conta que a abertura de filiais de singulares, centrais e das confederações aumentaram. Assim, estatisticamente, tem-se uma queda, mas, por outro lado, o número de filiados sobe, já que essas unidades de atendimento se expandem nacionalmente. E estima-se, ainda, que 91% dos municípios já possam contar com alguma unidade de atendimento. Os dados podem ser conferidos nas tabelas 2 e 3:

Tabela 2: Evolução da quantidade de singulares por região

Região	2012	2013	2014	2015	2016
Sudeste	571	545	527	504	490
Sul	370	351	343	333	317
Nordeste	111	102	94	93	88
Centro-Oeste	94	89	86	83	79
Norte	65	62	56	47	43
Total	1.211	1.149	1.106	1.060	1.017

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016, p. 13)

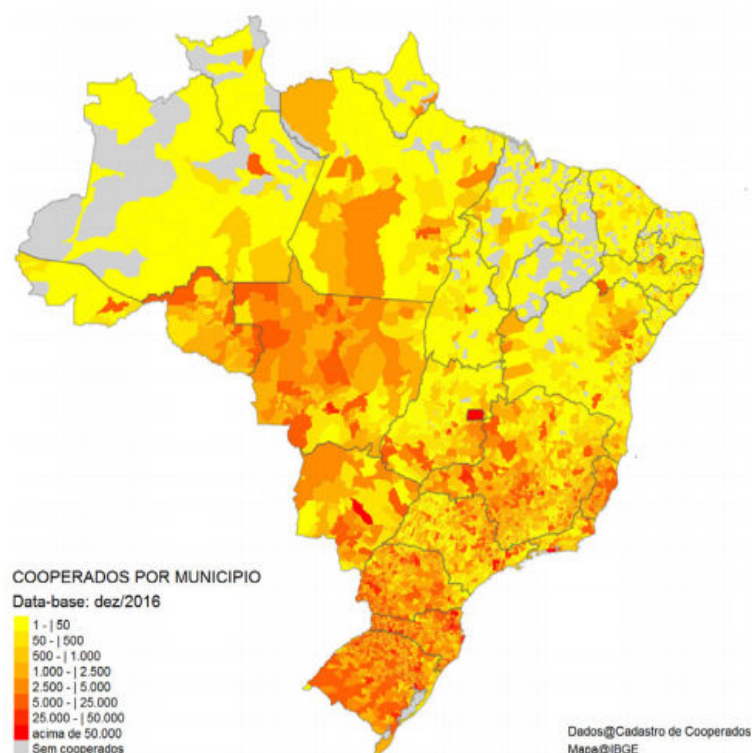
Tabela 3: Evolução do número de PAs por região

Região	2012	2013	2014	2015	2016
Sudeste	1.223	1.281	1.361	1.440	1.505
Sul	1.934	2.053	2.178	2.271	2.359
Nordeste	169	173	190	215	223
Centro-Oeste	314	343	364	387	414
Norte	83	97	120	157	178
Total	3.723	3.947	4.213	4.470	4.679

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016, p. 13)

A evolução dessas cooperativas nos últimos 3 anos mostra que o ingresso do cooperativismo no país, além de crescer aproximadamente 10% ao ano, conta com mais de 8,9 milhões de pessoas tanto físicas como jurídicas associadas. Os estados de Santa Catarina, Rondônia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo têm mais de 90% dos municípios atendidos. Em contrapartida, na região Norte e Nordeste, menos de 10% dos municípios são atendidos. A figura 1 ilustra essa distribuição.

Figura 1: Distribuição geográfica dos cooperados – Dez/2016



Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016, p. 14)

Com relação aos ganhos, os ativos totais das cooperativas de crédito somaram R\$154,1 bilhões em 2016. Os pedidos de crédito, seguindo a tendência evolutiva do segmento, mostram que a inadimplência vem reduzindo, ou os dias de atraso em pagamentos de empréstimos, elevando a pontuação do *rating* nas carteiras, que subiu de 46 para 83 de 2012 a 2016. O saldo de depósitos no Sistema Financeiro Nacional (SFN) também mostra elevação, e, nesse mesmo período, quase dobrou, conforme apresentado na tabela 4.

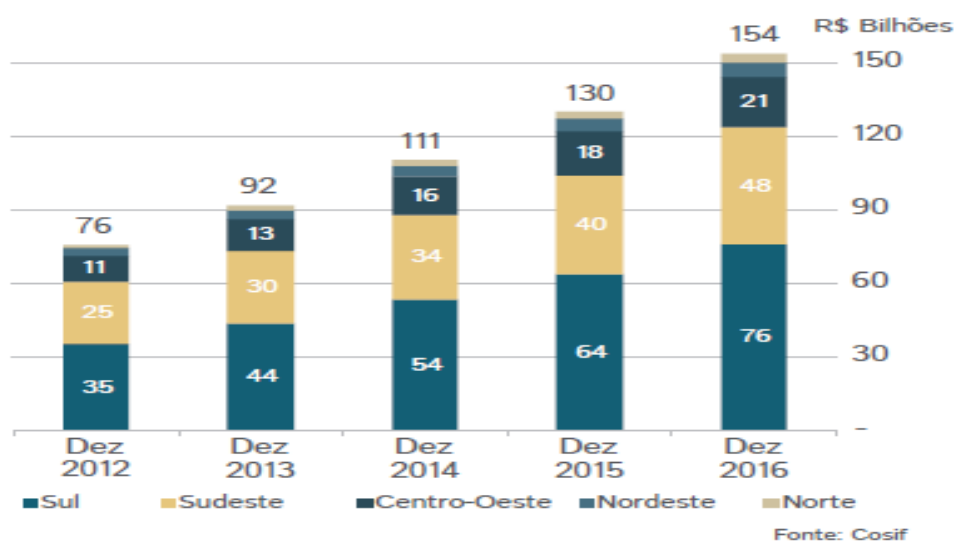
Tabela 4: Principais agregados das cooperativas singulares e percentual em relação ao SFN – Em R\$ bilhões

Variável	2012	2013	2014	2015	2016
Ativos Totais	76	92,2	110,6	130,5	154,1
% nos ativos totais do SFN	1,29%	1,41%	1,49%	1,58%	1,87%
Carteira classificada de crédito	46,8	57,6	67,7	76	83,6
% na cart. Classif. Do SFN	1,83%	1,95%	2,04%	2,09%	2,41%
Depósitos	41,5	50,6	61,4	74,2	90,9
% nos depósitos do SFN	2,36%	2,69%	3,11%	3,55%	4,26%
Depósitos + LCI + LCA	41,6	50,7	61,7	74,8	92,1
% do SFN	2,21%	2,43%	2,70%	3,01%	3,65%

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016, p. 16)

Contudo, esses ativos totais estão mais concentrados na região sul e sudeste, conforme se pode notar no gráfico 3:

Gráfico 3: Distribuição dos ativos por região



Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016, p. 17)

Além disso, as cooperativas de livre admissão e de associados representam 71% dos ativos, “a carteira de crédito continua a ser o principal componente do ativo e, em 31 de dezembro de 2016, representava 54% do total” (BCB, 2016, p. 17). Ademais, vale ressaltar que o índice de cobertura da inadimplência tem se mostrado positivo na maioria das entidades, demonstrando o cenário promissor das cooperativas de crédito no país.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa se propôs à realização de uma revisão da literatura sobre temas relacionados à cooperativa de crédito, no âmbito da economia, à análise dos dados da Cooperativa SICOOB e à interpretação das informações pessoais aportadas por uma amostra de associados.

Ressalta-se que as “pesquisas que envolvem seres humanos devem caracterizar-se pela observância a princípios éticos definidos por normas aceitas internacionalmente”, tal como postulou Gil (2008, p. 39). Nesse sentido, reitera-se a importância de não identificação dos nomes dos participantes, respeitando seu anonimato e sua intimidade, mesmo procedimento que foi adotado no decorrer da análise do material fornecido pela SICOOB.

A classificação do estudo, além do foco em sua abordagem, pode se dar mediante a análise de seus objetivos, de sua natureza, e dos procedimentos técnicos adotados.

4.1. Quanto à abordagem

Sabe-se que quanto à abordagem das pesquisas científicas, pode-se adotar a metodologia quantitativa ou qualitativa, sendo que a primeira, conforme afirma Gil (2008), é fundamentada na quantificação de dados e informações, e a segunda, não se baseia nesses dados estatísticos, mas no conhecimento apresentado previamente por outros estudiosos e pesquisadores. É importante lembrar, por outro lado, que esta pesquisa pode ser considerada de abordagem mista, dentro da perspectiva apontada por Augusto (2014, p. 5), quem afirma que

a literatura mais recente na área da metodologia em ciências sociais tem vindo a dar conta de um número cada vez maior de autores que preconizam a ultrapassagem do debate metodologia quantitativa/metodologia qualitativa pela adoção de um novo posicionamento que designaram por métodos mistos (*mixedmethodsresearch*) (Tashakkori e Teddlie, 2003; Onwuegbuzie e Leech, 2005; Gelo, Braakmann e Benetka, 2008; Pearce, 2012).

Além disso, reafirma-se que, do ponto de vista metodológico, pode-se entender que se utilizou a abordagem indutiva, uma vez que se pretendeu, ao final, formular conclusões gerais a partir da análise de um caso específico.

4.2. Quanto aos objetivos

Com relação aos objetivos, trata-se de uma investigação descritiva, na medida em que busca a identificação e descrição de fatos relacionados a uma realidade comum, própria de uma população. Como declara Gil (2008, p. 28):

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. [...] Há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias. As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

Além disso, esta investigação pode ser classificada como exploratória, a partir da compreensão de que a contabilização dos resultados obtidos pelas leituras se fez necessária, refinando os resultados encontrados, incluindo-se resultados de dados numéricos, descrevendo, em seu procedimento técnico, ideias e hipóteses, tal como os fatores apontados por Gil (2008).

4.3. Quanto à natureza

No que toca à natureza da pesquisa científica, cujo enfoque pode ser classificado em natureza aplicada ou natureza básica, conforme declarou Nascimento (2016), entende-se que esta pesquisa é de natureza básica, na medida em que pretende a geração de um novo conhecimento em prol do desenvolvimento da ciência e do bem social, buscando verdades, mesmo que sejam elas relativas ou temporárias, mas que tenham interesse amplo, fundamentado na universalidade. Uma pesquisa básica, ainda segundo o autor, pode ser de avaliação ou de diagnóstico. No contexto deste trabalho,

entende-se que se apresenta a natureza básica de diagnóstico, devido ao fato de que se pretende traçar um panorama de uma realidade social determinada.

4.4. Quanto aos procedimentos

Com relação aos procedimentos utilizados para a realização deste trabalho, baseou-se, por um lado, em pesquisa bibliográfica, entendida por Fonseca (2002, p. 32) como aquela realizada a partir do levantamento de proposições teóricas já formuladas, sendo a base de um trabalho acadêmico. Cabe ressaltar que as buscas relativas à pesquisa bibliográfica foram realizadas em sites científicos, como Scielo e Google Acadêmico, que oferecem grande suporte referencial, além da análise dos dados apresentados em sites confiáveis como IBGE, DIEESE, Banco Central do Brasil, e Leis. No caso do estudo de artigos científicos, as buscas foram realizadas a partir dos descritores relacionados a cada objetivo específico e, posteriormente à leitura dos resumos, foram selecionados aqueles que poderiam dar o suporte necessário para a fundamentação teórica deste trabalho.

Por outro lado, esta pesquisa também se utilizou da pesquisa documental, especialmente a partir da análise de dados da própria Cooperativa SICOOB, fornecidos diretamente ao pesquisador, para que fossem quantitativamente trabalhos. Segundo declarou Gil (2008, p. 51), a pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Levando-se em consideração o objetivo de avaliar se a presença da SICOOB no município de Carnaíba-PE pode ter gerado melhorias na qualidade de vida da população local, seria, então, de extrema importância analisar os dados da quantidade de associados da cooperativa, adesão e evasão, por exemplo, para que se pudesse contrapor à evolução econômica da cidade, apresentada por meio dos dados de plataformas governamentais, como IBGE e DIEESE.

Ainda acerca dos procedimentos de pesquisa, deve-se recordar a utilização do levantamento de campo, que Gil (2008, p. 55), fornece também uma análise quantitativa do tema abordado. O autor aponta para o fato de que quando se levanta informações de todos os integrantes do universo pesquisado, tem-se um censo, o que é, devido às condições materiais para concretização, difícil de alcançar no espaço

científico acadêmico. Quando se toma uma amostra significativamente numérica do universo estudado, as conclusões podem ser projetadas para sua totalidade.

Ademais, entendendo que a cooperativa possui atualmente 1700 associados, e que apenas 25 foram investigados, foi feita a abordagem de pelo menos 40 pessoas na rua para que chegasse a quantidade de 25 associados entrevistados, os questionários colaboraram para a análise do estudo de caso, que, segundo Gil (2008, p. 58), “é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência”, buscando

explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos, [...] descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação, [...] explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2008, p. 58).

Nesse sentido, no percurso deste trabalho, realizou-se questionário com vinte e cinco pessoas associadas da SICOOB em Carnaíba-PE, sem que houvesse delimitação de critérios de exclusão ou inclusão, ou seja, foram pesquisadas pessoas de forma aleatória, sendo essas abordadas em frente a cooperativa, a pesquisa foi realizada em média 5 dias, questionando em torno do perfil socioeconômico, dos serviços bancários utilizados, e outros fatores, que serão apresentados adiante.

5. DISCUSSÃO E RESULTADOS

5.1. SICOOB e SICOOB Carnaíba-PE

No Brasil, as cooperativas de crédito estão constituídas a partir de alguns sistemas predominantes, como já foi apontado: SICOOB, Unicredi, Sicredi e Ancosol (Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária) (SCHUNTZEMBERGER; et al, 2015).

O Sistema Cooperativo do Brasil – SICOOB – é o maior Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, reunindo, em 2016, 3,6 milhões de cooperados, sendo 3,1 milhões de pessoas físicas e 500 mil de pessoas jurídicas, em todo o país. Com dezenove anos de história, o sistema surgiu da necessidade das cooperativas de crédito se unirem com o objetivo comum de oferecer produtos e serviços bancários em melhores condições que as oferecidas pelo mercado financeiro tradicional, proporcionar melhores resultados financeiros e operar com maior segurança para os cooperados, em bases sólidas e democráticas. É formado por 576 cooperativas singulares, 15 cooperativas centrais, uma confederação (SICOOB Confederação), um banco (Bancoob), uma bandeira de processadoras de cartão (Cabal Brasil), uma fundação de previdência privada (SICOOB Previ), uma distribuidora de títulos e valores imobiliários (Bancoob DTVM), uma agência de consórcios (Ponta Administradora) e um fundo garantidor (FGS).

O fundo garantidor de créditos administra o mecanismo de proteção aos depositantes e investidores da cooperativa, até os limites estabelecidos em sua regulamentação, no caso de estado de insolvência do SICOOB; ou seja, caso a cooperativa chegue à falência. O FGS garante, em resumo, a restituição e proteção dos valores que os cooperados possuem junto à cooperativa, até o valor limite estipulado junto ao fundo garantidor. Integra também ao FGS a missão institucional de contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e para a prevenção de crise bancária, a contratação de operações de assistência ou de suporte financeiro, incluindo operações de liquidez com as instituições associadas, diretamente ou por

intermédio de empresas indicadas, inclusive com seus acionistas controladores, segundo consta em seu estatuto (FGC, 2013).

O SICOOB também possui 2.551 mil pontos de atendimento, distribuídos em 198 municípios. É composto por cooperativas e empresas de apoio, que em conjunto oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamentos, dentre outras soluções financeiras. É uma instituição financeira cooperativa, na qual os clientes são os donos, e, por isso, os resultados são divididos entre os associados.

O SICOOB, ademais de seus pontos físicos, possui também acesso virtual de alta tecnologia, além das tradicionais formas de atendimento, como o caixa na cooperativa e o autoatendimento (ATM) em empresas, shopping centers, rodoviárias e outros estabelecimentos, permitindo, também, consultas ao extrato e saldo por meio de aplicativos de celulares (sicoob e sicoobcard), e também no site da cooperativa, através do SicoobNet Pessoal ou SicoobNet Empresarial.

O empenho para um atendimento completo das necessidades financeiras dos cooperados, alinhado aos princípios e valores que norteiam o cooperativismo, tem promovido o crescimento do SICOOB, que hoje oferece aos associados uma diversidade de produtos e serviços cada vez mais ajustados às suas necessidades, permitindo o atendimento em qualquer região do Brasil. Os valores da cooperativa se pautam em “transparência, comprometimento, respeito, ética, solidariedade e responsabilidade”, sendo que sua missão institucional é definida a partir do foco em “gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades” (SICOOB, 2018). Malaquias Ancelmo de Oliveira declara que:

O pontapé inicial da cooperativa aconteceu na cidade de São José do Egito, no ano de 1998. Nesse ano, José Evaldo, juntamente com outros parceiros, teve a ideia de criar uma instituição de crédito. No início, o grupo tinha de giro para negociações R\$40 mil. Hoje, 18 anos depois, já passa dos R\$ 9 milhões em capital. O crescimento possibilitou a expansão do negócio. Atualmente, o sistema está em todas as capitais do Nordeste, exceto o estado do Ceará, e conta com o apoio de 43 mil funcionários (SESCOOP/PE, 2016).

Nesse contexto, no ano de 2000, na cidade de São José do Egito, Pernambuco, foi criada a Cooperativa de Crédito Rural SICOOB Credipajeú, voltada

exclusivamente ao crédito rural. A cooperativa surgiu a partir de uma ideia de Francisco Leite Perazzo, durante uma reunião do SEBRAE, na cidade de Serra Talhada. A ideia era implantar a primeira cooperativa de crédito voltada a produtores rurais da região do Pajeú, de forma que o valor que cada sócio implantasse como cotas na cooperativa, seria utilizado entre todos em forma de crédito, transações financeiras e outras operações efetuadas em bancos, além do rateio anual entre os sócios, no caso de lucro da cooperativa (SICOOB/PE, 2018).

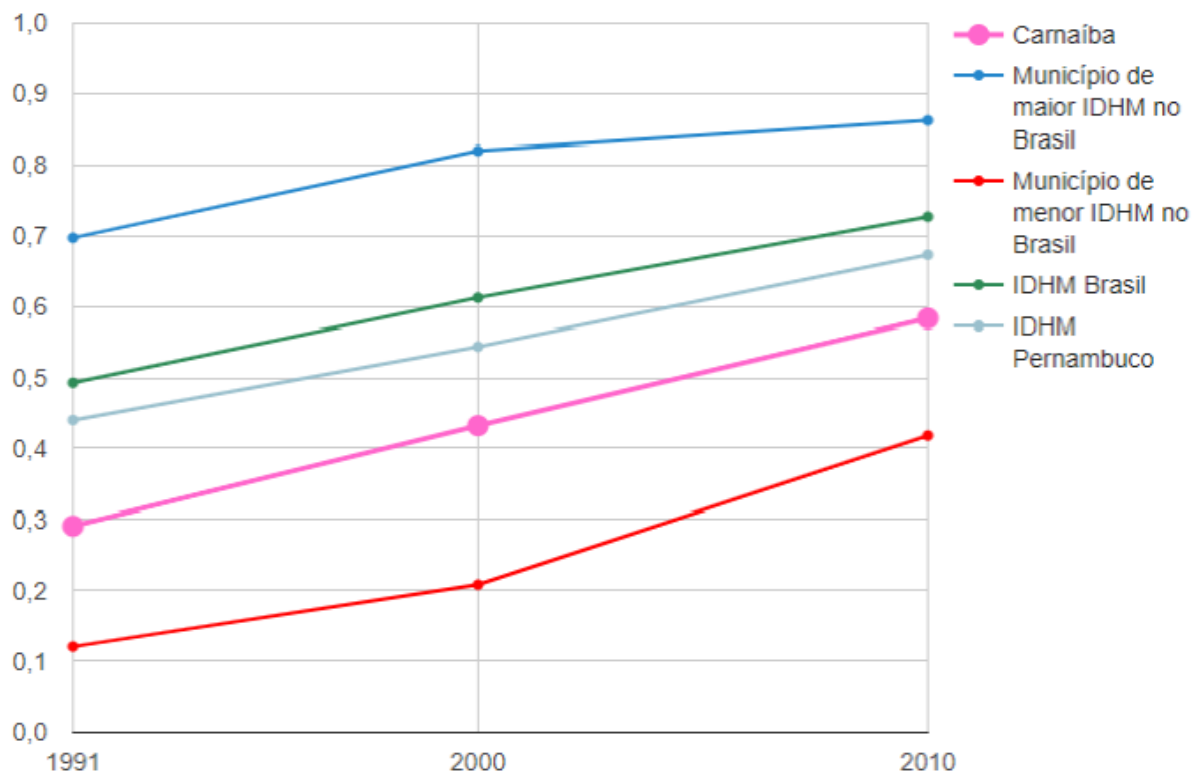
Perazzo convidou José Evaldo Campos, recém aposentado como superintendente do Banco do Brasil, e, juntos, fundaram a cooperativa, inicialmente com vinte associados. Cada um deles injetou um capital social de R\$1.000,00 (um mil reais). A cooperativa cresceu, e no ano de 2013 seu estatuto foi alterado para livre admissão, ampliando seu campo de prestação de serviço para toda população, independente do ramo de atividade. Trata-se de uma cooperativa estável, considerada a maior cooperativa da rede SICOOB no Nordeste, e cada vez mais busca o aprimoramento de seus serviços e de suas funções, otimizando seus colaboradores para juntos, cooperativa e colaboradores, alcançarem seus objetivos e obterem sucesso (SICOOB/PE, 2018).

5.2. Resultados e discussão: O município

O censo demográfico do IBGE de 2010 indicou uma população da cidade de Carnaíba-PE, de 18.574 habitantes, sendo 7.624 da área urbana e 10.950 rural. Uma parcela de 54,9% da população da cidade ganha, atualmente, cerca de meio salário mínimo. A densidade demográfica é de 43,42 hab/km². De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013?), o IDHM – calculado pela média do IDH de Renda, Educação e longevidade de Carnaíba-PE elevou-se de 0,432, no ano de 2000, para 0,583, no ano de 2010 - com taxa de crescimento igual a 34,95%. Por sua vez, a média brasileira de IDH era de 0,683 em 2000, e 0,813 em 2010. O crescimento populacional nesse período foi de 0,49%, enquanto o índice nacional foi de 1,17%. A renda *per capita* de Carnaíba-PE passou de R\$132,20, em 2000, para, em 2010, R\$ 229,87, o que equivale a um crescimento de 5,69% nessa década, ao passo que o crescimento da década anterior havia sido de 2,41%. Além disso, o índice de desocupação (percentual economicamente ativo da população que se encontrava desocupado) foi reduzido de

7,78% em 2000 para 6,31% em 2010. O desenvolvimento do IDH de Carnaíba-PE, em comparação com o IDH nacional e de Pernambuco, pode ser observado no gráfico 4.

Gráfico 4: Comparação da evolução do IDH

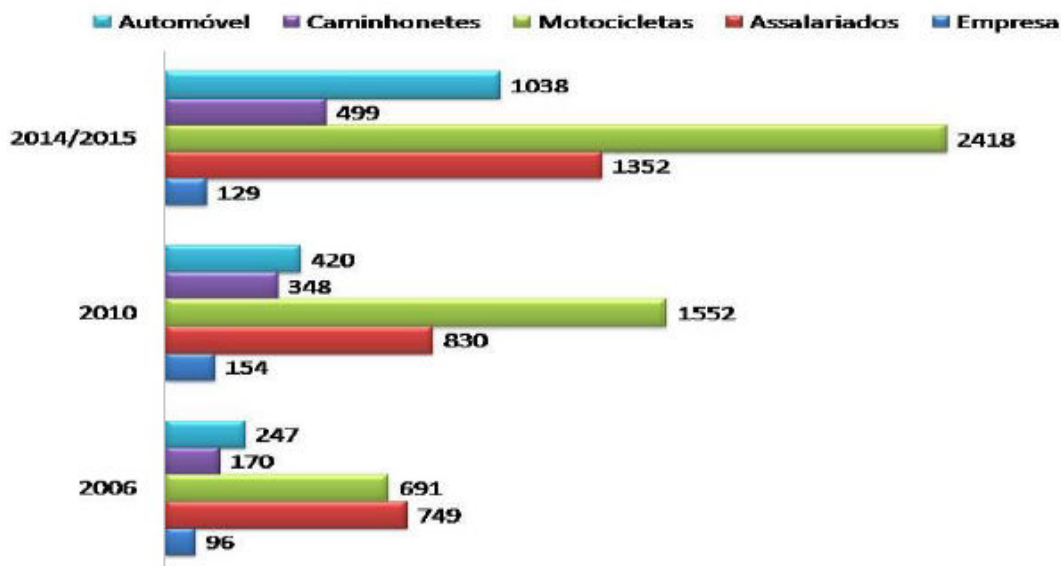


Fonte: PNUD, Ipea e FJP, apud Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013

De acordo com o IBGE, em 2006, o município contava com 96 empresas atuantes e 749 assalariados. Em 2010, havia 154 empresas atuantes, com 830 assalariados. Em 2014/2015, tinha-se 129 empresas e 1352 assalariados. A frota da cidade, em 2010, passou para 420 automóveis, 348 caminhonetes e 1552 motocicletas, quando, enquanto, no ano de 2006, eram 247 automóveis, 170 caminhonetes e 691 motocicletas. No ano de 2015, contava-se com 1038 automóveis, 499 caminhonetes e 2418 motocicletas. Essa relação de posses dos habitantes da cidade pode demonstrar certo desenvolvimento econômico em relação com o aumento do número de assalariados, entre os anos de 2006 e 2015, que quase dobrou.

Como mostra o gráfico 5, a seguir, do ano de 2010 a 2015 houve uma diminuição de 25 empresas, mas no mesmo período o número de assalariados e bens de consumo aumentaram, podendo-se afirmar que o indivíduo passou a ter maior poder aquisitivo e que, provavelmente, as empresas cresceram e contrataram mais.

Gráfico 5: Relação entre trabalho e posses nos anos de 2006, 2010 e 2014/2015



Fonte: Elaborado pelo autor em 2018 – A partir dos dados fornecidos pelo IBGE

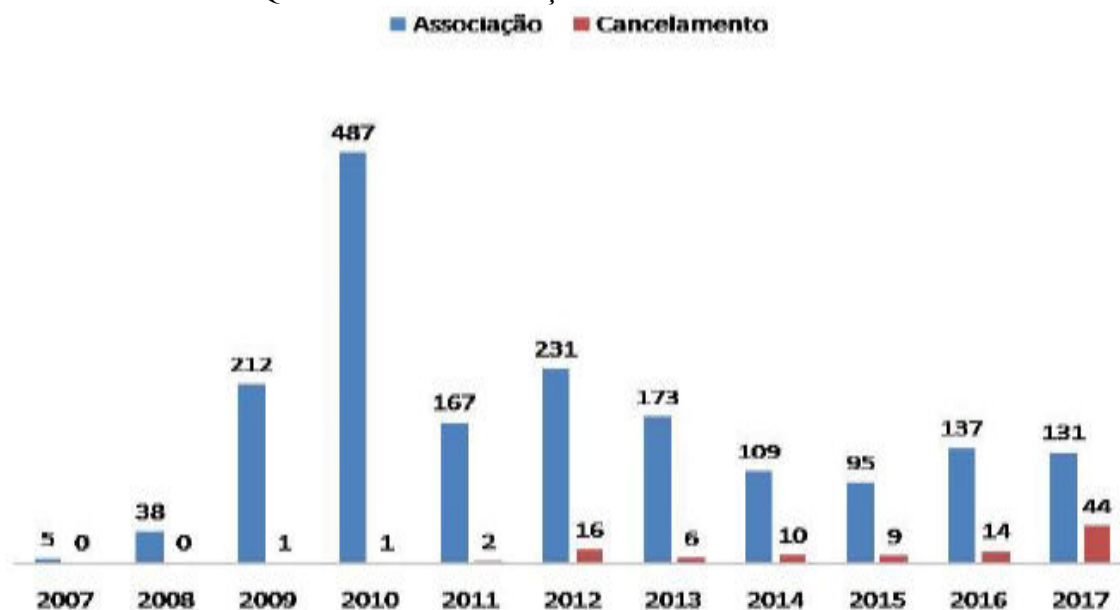
Nesse contexto, Keynes, de acordo com Jacques e Gonçalves (2016, p. 490) argumentou acerca da importância da moeda e do crédito na manutenção da demanda efetiva em nível compatível com pleno emprego. A dinamização da economia acontece, a curto e longo prazo, a partir da consolidação mínima de um sistema bancário que permita a acumulação de capital. O desenvolvimento do sistema financeiro mantém relação com o bom funcionamento da economia nacional, embora, quando se considera a integração da economia mundial, as instituições domésticas possam ser consideradas irrelevantes. Entretanto, os resultados são visíveis quando essas instituições buscam a colaboração e o crescimento de regiões menos desenvolvidas e da população mais carente.

Conforme apontam Lima, Silva e Lima (2013), cada região se desenvolve a partir de uma conjunção de fatores, como institucionais, sociais e políticos, que se organizam dentro da capacidade social local. O passo qualitativo de crescimento está ligado a esses elementos. A demanda de crédito e dos demais serviços financeiros prestados pelo cooperativismo apresentam-se como uma alternativa viável em muitas regiões, com resultados considerados satisfatórios, inclusive em países como Alemanha, Bélgica, Estados Unidos, e outros. As ações que são implementadas pelas cooperativas fazem com que a economia local entre em um processo dinâmico de transformações,

deslocando-se do anterior estado estacionário, levando ao que os autores chamam de ‘milagre econômico’, especialmente devido ao fato de que o solidarismo é um movimento tido como não-especulativo.

Nessa perspectiva, deve-se considerar que a primeira associação à SICOOB na cidade aconteceu em 29 de março de 2007, e até o mês de dezembro, apenas mais quatro pessoas se associaram. No ano de 2008 esse número cresceu para 38 novos associados e em 2009 foram 212. Em 2010, 487 pessoas se associaram. Nesses primeiros anos foram 742 associados, segundo dados da SICOOB de Pernambuco e Caruaru-PE. As associações tiveram um número significativo a partir do ano de 2010, quando segundo dados fornecidos pelo PA (Ponto de Atendimento) da cidade, neste ano a prefeitura municipal da cidade de Caruaru-PE, passou a realizar a folha de pagamento, de parte dos funcionários na cooperativa. O gráfico 6 apresenta o número de cancelamentos de contas por ano. Perceba-se que o maior índice de cancelamentos foi em 2017, ano no qual 44 pessoas foram desligadas da cooperativa por falta de movimentações nas suas contas correntes. O associado pode se desligar da cooperativa a qualquer momento que desejar, porém suas cotas ou conta capital só podem ser retiradas após a próxima assembleia, sendo que as assembleias acontecem 1 vez por ano, aproximadamente no mês de abril ou maio. Os cancelamentos efetuados pela cooperativa podem ser realizados após um ano sem movimentação em conta corrente.

Gráfico 6: Quantidade de associações e cancelamentos de matrículas



Fonte: Elaborado pelo autor em 2018 – A partir dos dados fornecidos pela

SICOOB/Pernambuco/Caruaru

Acerca desse contexto, Schuntzemberger et al (2015, p. 499) afirmam que a importância do sistema de crédito está não somente na capacidade de aumento da captação dos recursos, mas também na habilidade de mudar as alocações, o que pode gerar um forte impacto no crescimento tecnológico e na produtividade local.

Santana et al (2010) afirmam, ainda, que a presença das cooperativas de crédito se deve também à inclusão social, especialmente em locais onde não haja abundância de instituições financeiras. A cooperativa de crédito contribui para a sociedade local, na medida em que, devendo o associado morar ou ser proprietário de algum imóvel, esse morador, poupador ou tomador de empréstimo, estará envolvido com o desenvolvimento da economia local, já que a cooperativa repassará, por meio de financiamentos, o investimento de um para outro morador, sempre dentro da mesma região. Por um lado, os bancos comerciais visam ao lucro, e o cliente tem mais liberdade na abertura de contas ou na necessidade do crédito, podendo-se aplicar o capital em qualquer outro local, pensando-se exclusivamente no caráter econômico. Por outro lado, as cooperativas de crédito somente emprestam para pessoas que têm vínculo com a região, o que indica o caráter social, atendendo às necessidades mais específicas dos seus cooperados e, igualmente, da sociedade na qual está inserida, levando à melhoria da circulação e da distribuição de renda.

A literatura econômica, segundo Jacques e Gonçalves (2016), considera, hoje, que o crédito é importante para o desenvolvimento local, e, sabendo-se que, no Brasil, a taxa de bancarização nos municípios é baixa – no Nordeste, 52% dos municípios não são assistidos – deve-se levar em consideração que essa ausência da possibilidade de crédito impede o crescimento regional, mesmo considerando que alguns dos serviços bancários são oferecidos por postos de atendimento, ou por serviços eletrônicos, que também podem suprir a necessidade do microcrédito.

Considere-se que durante os dez anos de atuação da cooperativa na cidade, 1.785 pessoas já foram atendidas, e, tendo 103 delas se desligado por motivos diversos, tem-se 1.682 moradores assistidos, fazendo girar a renda local, alcançando-se melhor distribuição na região. De acordo com dados fornecidos pela própria SICOOB, o acumulado das provisões para operações de crédito no exercício do ano de 2017 no município de Carnaíba-PE somou uma quantia de R\$ 432.823,00 (SICOOB/Pernambuco, 2018).

Nessa perspectiva, deve-se levar, ainda, em consideração, que mesmo o desenvolvimento local estando relacionado à disponibilidade de crédito, como afirmam Santana et al (2017), esse crédito fornecido pelas cooperativa já era pertencente à economia local, e, dessa forma, a distribuição e o fomento econômico somente podem ser bem sucedidos se a gestão da cooperativa mantém o foco em sua eficiência econômica e nos fatores sociais que possam gerar serviços e renda para a região.

Pode-se perceber pelos dados apresentados que a cidade se desenvolveu e que a população adquiriu mais bens nos últimos dez anos, influência do desenvolvimento nacional econômico e da participação no crédito. O cancelamento de matrículas dos associados foi baixo nesse período, sendo que em 2017 alcançou o maior número de desligamentos da cooperativa, num total de 44. Por outro lado, pode-se também perceber a flutuação na quantidade de empresas ativas nesses anos, contudo, a quantidade de empregos gerados subiu, o que significa a consolidação e expansão das organizações, favorecendo a economia local e aumentado o PIB do município, que, em 2000, era de 23.088.000; em 2005, de 42.089.000; e, em 2015 – último dado fornecido pelo IBGE – passou para 136.055.400.

Tabela 5: PIB Carnaíba-PE

ANO	PIB (em R\$)			% DE CRESCIMENTO		
	Carnaíba (Milhões)	PE (Bilhões)	Brasil (Trilhões)	Carnaíba	PE	Brasil
2000	23.088	26.959	1.179	5,35%	4,30%	4,3%
2001	24.673	30.245	1.302	6,86%	1,60%	1,39%
2002	38.583	35.252	1.477	56,38%	4,10%	2,7%
2003	39.056	39.308	1.700	1,23%	-0,60%	1,14%
2004	35.512	44.011	1.941	- 9,07%	4,10%	5,76%
2005	42.089	49.922	2.147	18,52%	4,20%	3,20%
2006	48.423	55.493	2.369	15,05%	5,10%	3,96%
2007	54.248	62.256	2.661	12,03%	5,40%	6,1%
2008	59.065	70.441	3.032	8,85%	5,30%	5,2%
2009	66.911	78.428	3.239	13,28%	2,80%	-0,3%
2010	75.909	95.187	3.886	13,45%	7,70%	7,53%
2011	85.404	104.394	4.376	12,51%	5,70%	4%
2012	97.516	117.340	4.815	14,18%	3,70%	1,9%
2013	115.515	140.728	5.332	18,46%	3,50%	3%
2014	135.672	155.143	5.779	20,01%	2%	0,50%
2015	136.055	156.955	5.996	0,28%	-4,2%	-3,77%

Fonte: Elaborado pelo autor em 2018, a partir dos dados do IBGE.

No ano de 2010, ano com maior quantidade de associados, o PIB alcançou 75.909.000. Em 2007, ano da primeira inscrição na cooperativa, o PIB era de

54.248.000. O aumento percentual mostra apenas uma estabilização no crescimento do PIB da cidade. À exceção do ano de 2015, cujo aumento foi significativamente baixo em Carnaíba-PE, de apenas 0,28% (a variação do PIB nacional nesse ano foi de -3,77%), e do ano de 2008, que ficou abaixo dos 10% (a variação do PIB nacional nesse ano foi de 5,2%), os demais anos mantiveram índices de crescimento relativamente estáveis, e sempre acima da média nacional.

De acordo com Jacques e Gonçalves (2016), as cooperativas de crédito são de grande importância para a sociedade, pois promovem aplicação de recursos privados e assumem o risco em favor da própria comunidade onde se desenvolve. As iniciativas do cooperativismo são criadas pelos cidadãos, ocasionando desenvolvimento local nos aspectos relativos à poupança e aos financiamentos de iniciativas empresariais, o que traz benefícios na geração de empregos e de distribuição de renda. Por outro lado, o que se percebe no Brasil é que essas cooperativas de crédito, apesar de terem crescido em importância nos últimos anos, ainda possuem baixa representatividade em termos do percentual do volume de crédito oferecido pelo Sistema Financeiro Nacional.

O atendimento por cooperativas de crédito tem se mostrado fundamental para o desenvolvimento econômico regional no Brasil, segundo afirmam Jacques e Gonçalves (2016), e, mesmo que não haja muitos trabalhos que explorem a temática das cooperativas de crédito, é importante entender que o sistema cooperativo auxilia profundamente o crescimento local, na medida em que promove o crédito, o microcrédito, a poupança, iniciativas empresariais, etc., assumindo os riscos das aplicações em função da comunidade.

Nessa mesma linha, Schuntzemberger et al (2015, p. 498) afirmam que, estrategicamente, o crédito está relacionado com sua capacidade de sustentabilidade, de expansão, e de viabilidade dentro das atividades econômicas, mas, em contrapartida, essa mesma estratégia só pode ser desenvolvida se houver disponibilidade para o crédito, o que está ligado a agentes econômicos diversos. Na medida em que se encontra o equilíbrio desses agentes, tem-se a oportunidade do crescimento, do aumento de renda e ocupação, gerando desenvolvimento social.

Alguns aspectos das cooperativas de crédito, como seu caráter social, o vínculo que estabelece com a comunidade, e, mais importante, o custo mais baixo do capital, em comparação com o sistema bancário, mostram que é um segmento

importante no desenvolvimento regional e local, especialmente quando se trata de regiões de renda mais baixa (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Pelos dados comparativos da tabela 5 é possível perceber que desde o ano de 2005, período anterior, inclusive, ao estabelecimento da cooperativa no município, Carnaíba-PE demonstra crescimento superior ao brasileiro e pernambucano. No ano de 2010, o PIB de Carnaíba-PE quase alcançou o dobro do crescimento econômico do estado e do país, e nos anos seguintes, até 2014, superou amplamente esse valor. O percentual de crescimento mais baixo, em 2003, é equiparável com a economia nacional e, ainda assim, superior. A recessão em 2004 não se encontra nos mesmos níveis econômicos nacional e estadual. Entretanto, como se trata de uma data anterior à instituição da cooperativa, não cabe neste trabalho averiguações acerca desse desequilíbrio. O fato é que a partir de 2009 os setores da indústria e serviços apresentaram uma evolução significativa, o que também vem acontecendo em Pernambuco.

Jacques e Gonçalves (2016, p. 490) apontam para o fato de que “um sistema bancário minimamente desenvolvido pode permitir a acumulação num nível superior àquele que seria viável pela simples acumulação de poupanças prévias, o que tende a dinamizar a atividade econômica real tanto no curto quanto no longo prazo”. Como já foi apontado neste trabalho, o crescimento de uma economia local é importante para o crescimento regional. Esse crescimento financeiro local impulsiona empresas pequenas e médias, e, especialmente nesse contexto, a concessão de crédito é relevante.

Ainda segundo Jacques e Gonçalves (2016), o sistema financeiro brasileiro se pauta quase exclusivamente nos bancos, que, por sua vez, concentram-se em regiões mais desenvolvidas. Em localidades com menos recursos, as transações financeiras são muito dificultadas, e é justamente nesse cenário que as cooperativas de crédito tendem a suprir as carências e promover o desenvolvimento, mesmo que o volume de crédito ofertado possa ser considerado baixo (JACQUES; GONÇALVES, 2016; SANTANA et al, 2010; SCHUNTZEMBERGER et al, 2015; LIMA; SILVA; LIMA, 2013; BCB, 2016; CHAVES, 2011).

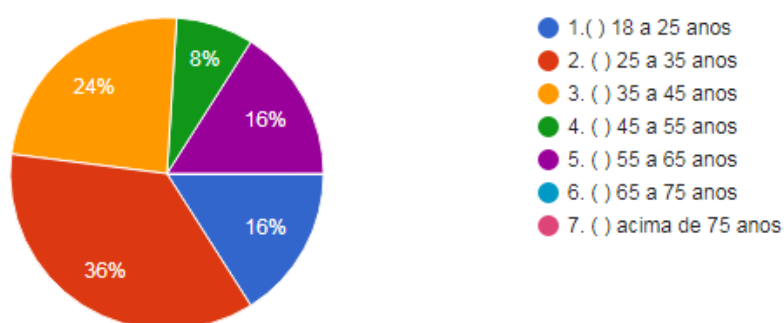
Finalmente, sabendo-se que a intenção das cooperativas de crédito é prestar serviços financeiros em condições consideradas melhores que as oferecidas pelos bancos comerciais, conforme apontam Santana et al (2010), e que são entidades sem fins lucrativos, o desprendimento coletivo rege essas instituições, o que favorece

protagonismo diante do empresariado local. Pode-se entender que a presença dessas cooperativas em lugares menos desenvolvidos tende a fomentar o desenvolvimento.

5.3. Resultados e discussão: Questionários

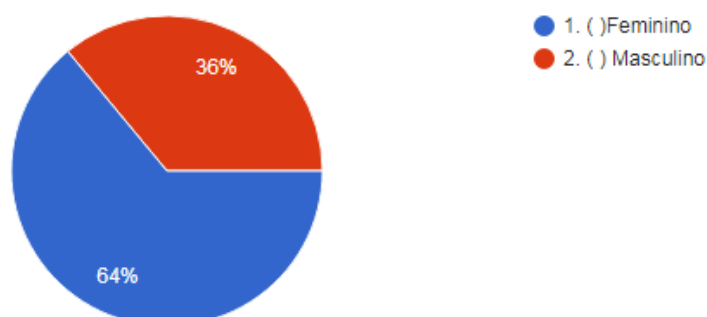
Com relação às perspectivas socioeconômicas dos associados investigados, vinte e cinco no total, constatou-se que a maioria possui entre 25 e 35 anos de idade, mais de 64% são do sexo feminino, as associações de solteiros e casados é muito semelhante, não havendo grande disparidade no perfil de estado civil, conforme pode ser observado nos gráficos 7, 8 e 9, a seguir:

Gráfico 7: Idade dos associados



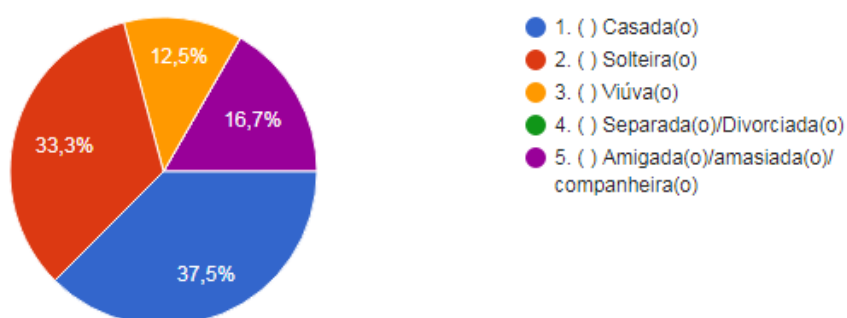
Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Gráfico 8: Gênero dos associados



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Gráfico 9: Estado civil dos associados

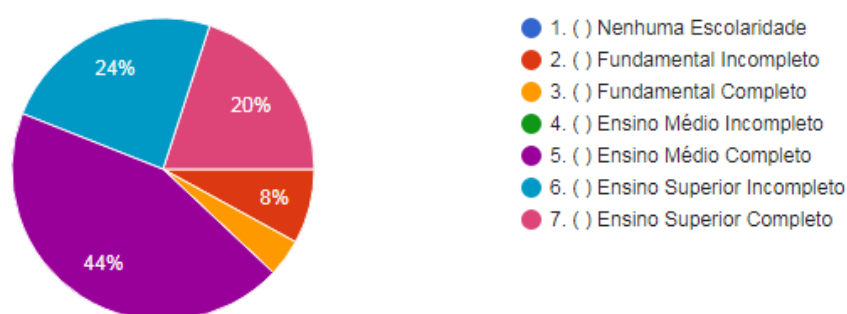


Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Para Menezes e Lajus (2015, p. 307), foi possível constatar de suas pesquisas que “a grande maioria dos tomadores de crédito é do sexo masculino. Segundo a cooperativa, isso se deve ao fato dos homens apresentarem maior renda em relação às mulheres”. Isso gera o questionamento acerca da prevalência do gênero feminino entre a amostra analisada neste trabalho, considerando-se a dúvida acerca da renda de homens e mulheres na cidade, e se essa informação poderia ser considerada pertinente no âmbito de Carnaíba-PE.

Com relação ao nível de escolaridade dos associados, os dados podem ser observados no gráfico 10, indicando que 68% dos investigados possuem um grau de instrução de Ensino Médio completo ou mais.

Gráfico 10: Escolaridade dos associados



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

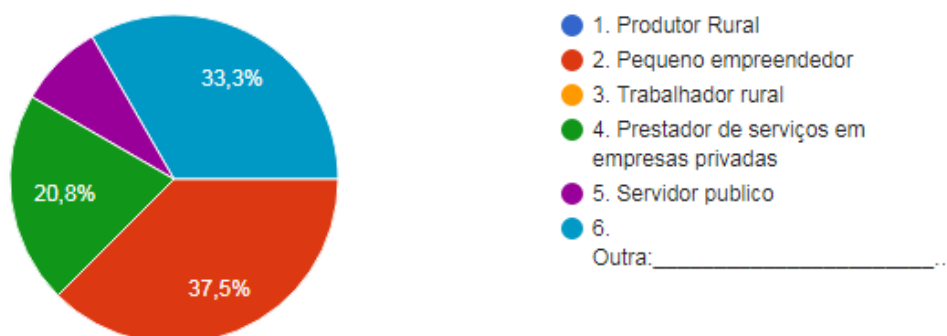
Nessa mesma direção, Menezes e Lajus (2015, p. 307), concluíram em suas investigações, analisando uma população urbana, que “analisando as operações de crédito por grau de escolaridade, 60% possuem Superior Completo, 14% pós-graduação lato sensu e 3% mestrado”. similarmente, Sousa, Petri e Anjos (2018, p. 8) declaram que os resultados de suas investigações mostraram que “78,40% dos cooperados possuem ensino superior completo”. Ainda segundo esses autores,

Os resultados corroboram com os achados de Ferreira, Oliveira, Santos e Abrantes (2011), os quais confirmaram que a expectativa de que quanto melhor a formação acadêmica do cooperado, menor seu risco de inadimplência, pressupondo que indivíduos com melhor escolaridade sejam alfabetizados financeiramente (SOUSA; PETRI; ANJOS, 2018, p. 10)

Essa perspectiva se contrapõe aos dados da pesquisa realizada por Zanatta e Carneiro (2017), cuja maioria dos tomadores de crédito, 76%, possui o Ensino Fundamental incompleto, sendo que 94% deles trabalham na agricultura ou com

prestação de serviços, enquanto em Carnaíba-PE, entre os investigados, 37,5% são empreendedores, como se nota no gráfico 11. Importante recordar que Smith (1996), o precursor da economia moderna, afirmou que independente do solo, do clima ou da extensão territorial, a escassez ou abundância das nações se dá a partir da relação entre a quantidade de trabalhadores ativos e inativos.

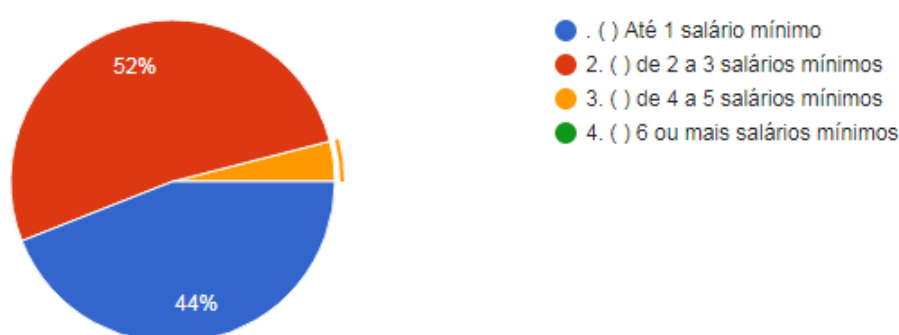
Gráfico 11: Ocupação dos associados



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

A pesquisa de Zanatta e Carneiro (2017), realizada no sul do país, abarca uma população essencialmente rural, que analisa preferencialmente o índice de juros cobrados para a aquisição do capital. Além disso, a renda familiar de 55% desses tomadores de empréstimos está compreendida entre 1 e 3 salários mínimos. No escopo do presente trabalho, 44% dos investigados têm uma renda de até um salário mínimo, conforme pode ser analisado no gráfico 12:

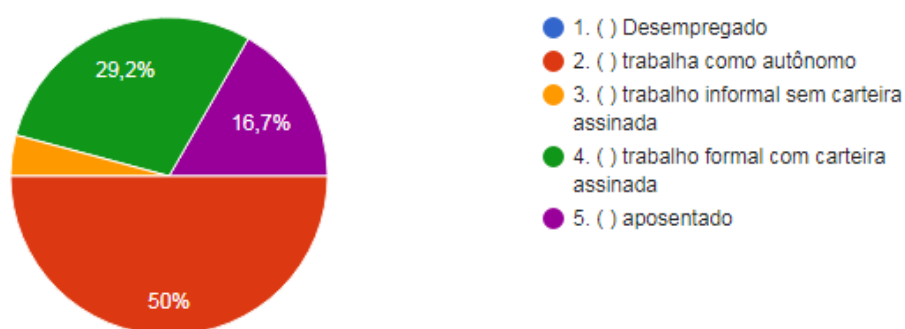
Gráfico 12: Renda familiar dos associados



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Nesse sentido, deve-se observar que 50% desses investigados apontaram trabalhar como autônomos, enquanto outros 29,2% trabalham com carteira profissional assinada:

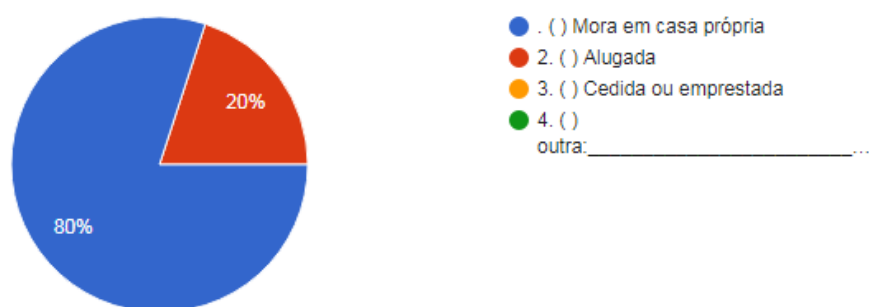
Gráfico 13: Situação com relação ao trabalho



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Observe-se, ademais, que uma grande maioria dos associados possui moradia própria:

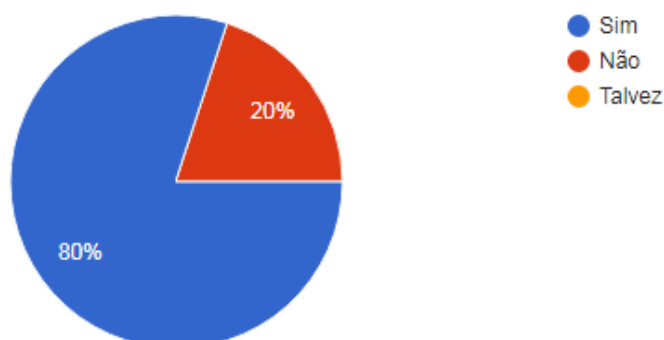
Gráfico 14: Situação de moradia dos associados



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Quando a Cooperativa SICOOB foi implantada em Carnaíba-PE, 80% da população investigada já possuía acesso a outra instituição bancária presente na cidade, como se pode perceber no gráfico 15.

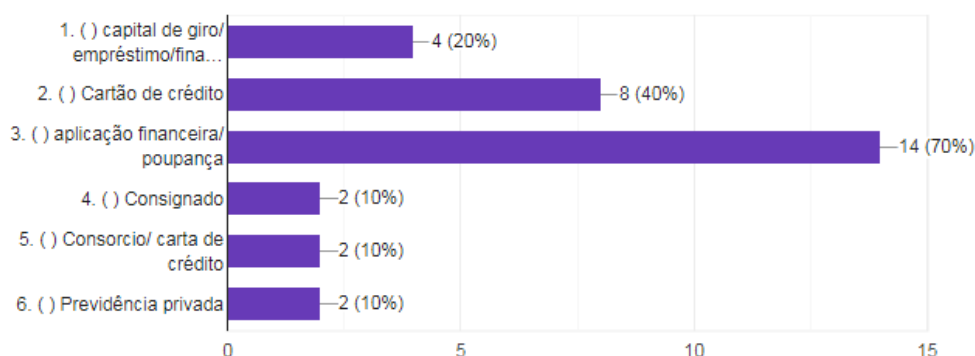
Gráfico 15: Acesso a outra instituição bancária antes da implantação da SICOOB no município



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

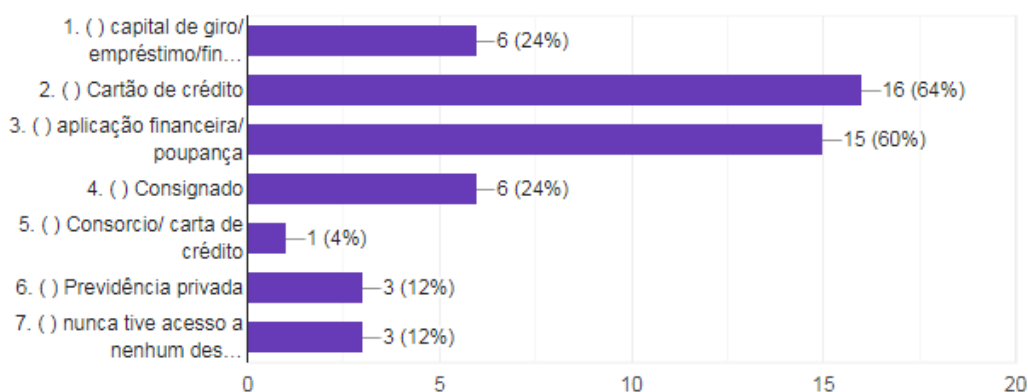
Os produtos utilizados dessa instituição constituíam-se, fundamentalmente em uso de uma conta poupança e cartão de crédito, sendo que na SICOOB a utilização de poupança é menor que do uso de cartão de crédito, e, além disso, há aumento na obtenção de empréstimo e do crédito consignado, conforme pode-se observar nos gráficos 16 e 17.

Gráfico 16: Produtos financeiros utilizados na antiga instituição bancária



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Gráfico 17: Produtos financeiros utilizados na SICOOB



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

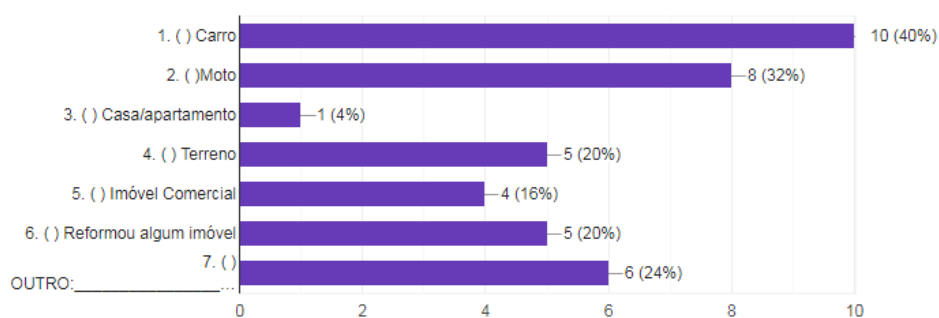
Segundo apontam Menezes e Lajus (2015, p. 305), dentro da concepção do Estado Democrático e do bem-estar social, a política de crédito deveria ser sempre baseada nos princípios de moralidade, publicidade e transparência, dignidade e trabalho, igualdade e, ademais, universalidade, cuja “destinação das linhas de empréstimo a todos os setores produtivos, contribuindo para a inclusão social”. Nesse sentido,

Na perspectiva de desenvolvimento local, o cooperativismo de crédito pode ser usado como mecanismo de apoio, retendo a poupança local e promovendo a disponibilização de recursos a custos relativamente baixos em negócios com maior identificação do seu local de abrangência. O crédito como ferramenta de desenvolvimento e de inclusão social apresenta um potencial ainda latente ou menosprezado

e nas mãos de grupos que defendem interesses particulares em detrimento do interesse que prioriza o desenvolvimento pela inclusão social, pelo trabalho (MENEZES; LAJUS, 2015, p. 94).

Pode-se depreender que o aumento da utilização do crédito por meio de empréstimos ou da consignação, fomenta o desenvolvimento local, na medida em que estimula a movimentação do capital na região, dentro de uma visão de relevância social e econômica. Torna-se significativo ressaltar o que afirmaram Zanatta e Carneiro (2017, p. 68) acerca da importância do crédito: “o crédito é um importante recurso estratégico para atingir a meta principal da administração financeira, que geralmente busca fomentar a comercialização de outro produto ou serviço com a liberação desse crédito”. Deve-se atentar para as respostas obtidas dos participantes da investigação, que declaram a aquisição de bens após a associação à SICOOB:

Gráfico 18: Bens adquiridos após a associação



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

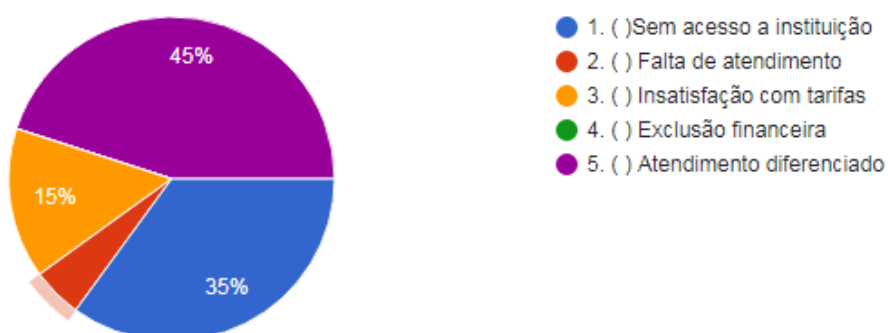
Nesse contexto, no momento anterior da presente pesquisa foram apresentados dados do IGBE com relação ao aumento tanto de bens como de empresas na cidade de Carnaíba-PE, o que indica, considerando-se pela respostas dos próprios participantes da investigação, que houve um aumento do crédito, por um lado, e, por outro, houve também aumento do consumo e de empregos, a partir da chegada da cooperativa no município, o que promove um estado de bem-estar social, também comprovado na evolução do PIB e do IDH de Carnaíba-PE.

Nesse sentido, a adesão voluntária da população dentro de uma participação democrática na economia local promove, por meio da intercooperação, o crescimento da educação, da autonomia e da cidadania, como apresentou Bulgarelli (1967). Além disso, o aumento de bens pelas famílias, claramente identificados no decorrer desta investigação, é, inegavelmente, segundo a afirmação de Furtado (2005), um propulsor

do desenvolvimento de quaisquer sociedades, especialmente quando se canaliza o consumo de produtos nacionais e locais.

Além disso, dentre as respostas obtidas, a mudança de instituição bancária, predominantemente é influenciada pela dificuldade de acesso de outra instituição anterior, ou pelo tratamento diferenciado que se recebe na cooperativa, fruto dessa perspectiva de evolução social do próprio cooperativismo.

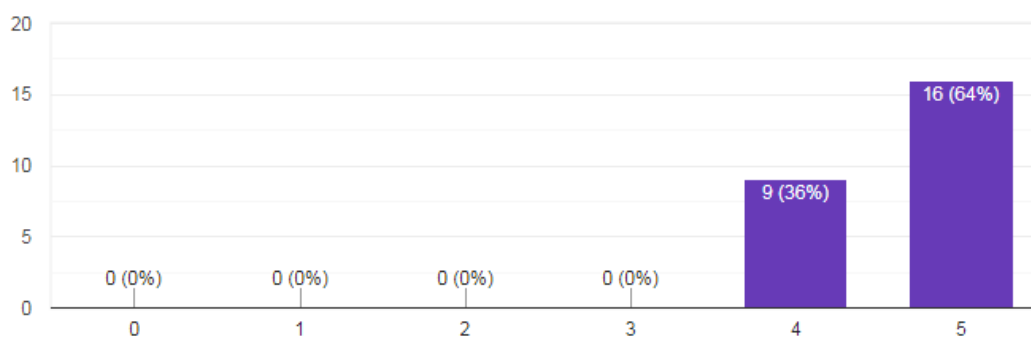
Gráfico 19: Por que trocou de instituição financeira?



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Enquanto essas pessoas antes encontravam dificuldades de atendimento e insatisfação com relação às taxas bancárias, todos os pesquisados associados da SICOOB em Carnaíba-PE declararam um grau de satisfação entre 4 ou 5 pontos, Muito bom e excelente, respectivamente, conforme se pode ver no gráfico 19:

Gráfico 20: Grau de satisfação com os serviços prestados pela cooperativa



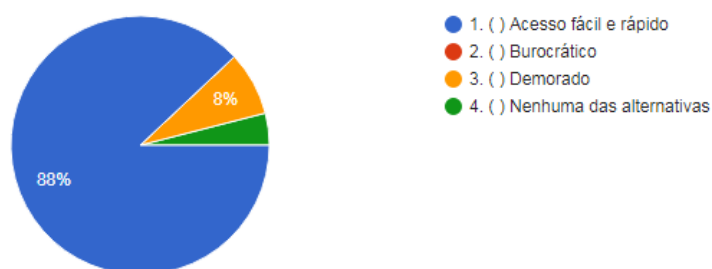
Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Se os bancos comerciais, como afirmou Dymsky (2007), afetam as condições do financiamento na economia, a quantidade de gastos, e, consequentemente, as estruturas das classes sociais, a oferta de crédito promove o bem-estar individual e, consequentemente, o coletivo, especialmente considerando a eficiência e eficácia do atendimento. Foi possível perceber na presente pesquisa que o nível de satisfação dos

cliente com o atendimento, com os produtos oferecidos pelo SICOOB são satisfatórios, o que também leva ao entendimento de que tal tratamento dado ao cliente fomenta a economia e o desenvolvimento do município. Recorde-se que, ainda como afirmou Dymsky (2007), se os banco não assumem essa visão social, também podem propagar a desigualdade a partir da exclusão.

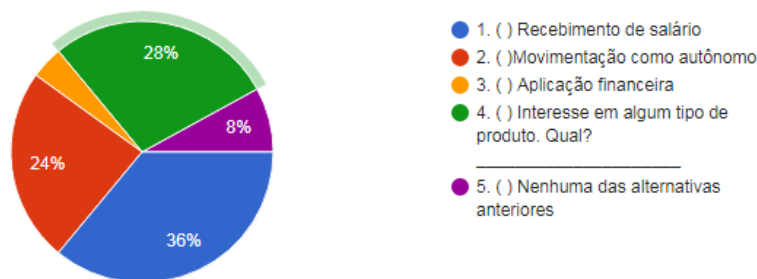
Quando foi pedido para os entrevistados que estabelecessem comparação entre os procedimentos efetuados na SICOOB e em outra instituição anteriormente utilizada, notou-se que a facilidade e rapidez de acesso foram os fatores mais significativos, conforme se nota no gráfico 20, e respondendo às razões que levaram à associação, apesar da significância dos pagamentos pela cooperativa, houve um número importante a ser analisado de pessoas que se interessavam por algum produto financeiro, como se nota no gráfico 21. O acesso rápido e fácil é relativo, especialmente, à menor burocracia, e ao fato de que o associado não precisa esperar, pode deixar a documentação e depois só comparecer para assinar.

Gráfico 21: Comparação do atendimento SICOOB com outra instituição bancária



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Gráfico 22: Razões para associação à SICOOB

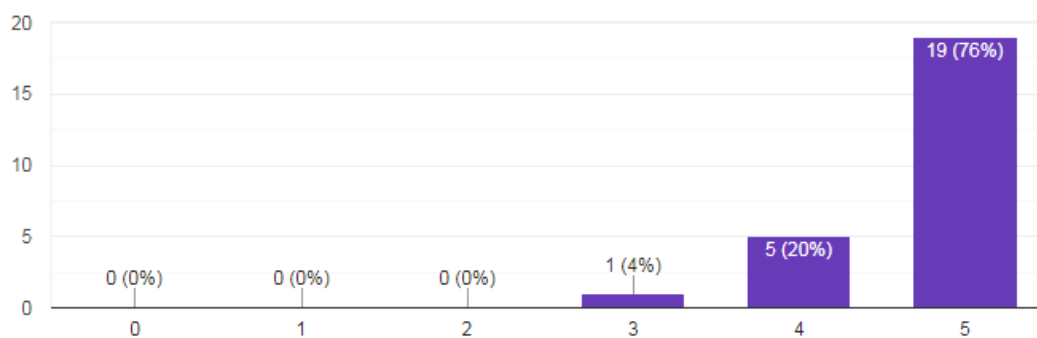


Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Acerca do bem-estar que essas pessoas sentiram com relação à sua associação à SICOOB e da probabilidade de recomendação de associação e de

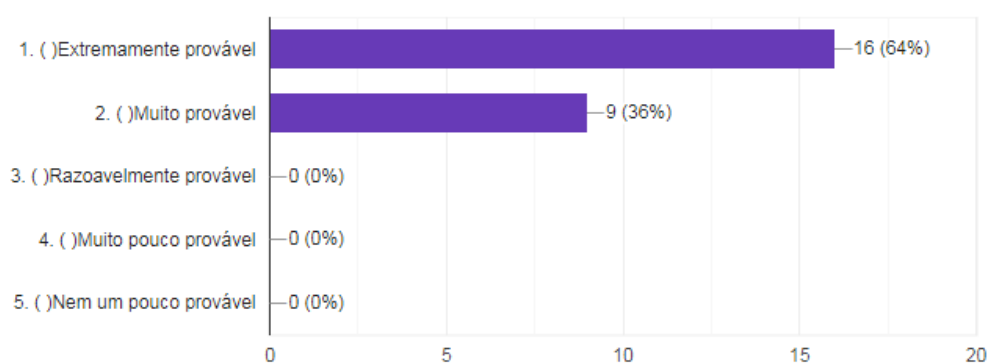
utilização dos produtos ofertados pela SICOOB dentro de pouco tempo, as respostas podem ser analisadas nos gráficos 23, 24 e 25, a seguir:

Gráfico 23: Nível de bem-estar que a SICOOB trouxe (5 = excelente)



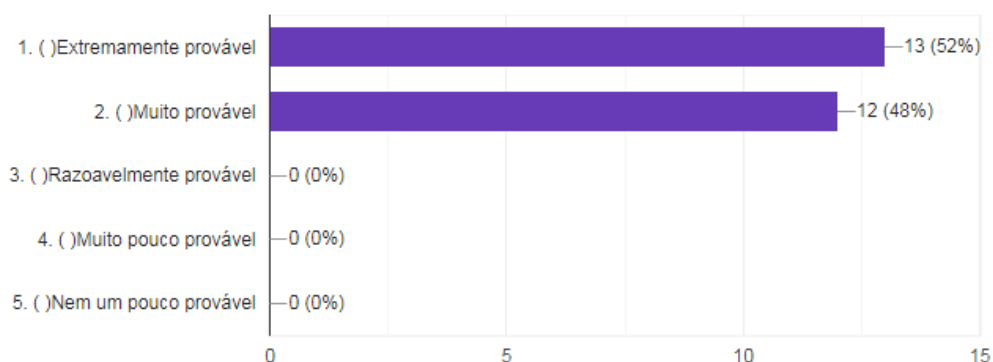
Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Gráfico 24: Probabilidade de indicação da cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Gráfico 25: Probabilidade de utilização dos produtos da SICOOB em breve



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

A partir desses dados recolhidos da amostra, é preciso pensar o cooperativismo como movimento expansionista, tal como proposto por Chaves (2011), para que a oferta de crédito no cooperativismo é um elemento fundamental em regiões

cuja economia e o desenvolvimento encontram níveis mais baixos de desenvolvimento, fomentando a movimentação do capital por meio da inclusão financeira, como já foi apontado anteriormente, fortalecendo todo o sistema financeiro local.

É importante, nesse contexto, ressaltar, assim como afirmaram Santos e Figueiredo (2013), a importância da elevação das taxas de bancarização para o pleno desenvolvimento da economia. E, nesse sentido, deve-se recordar o que propuseram Crocco, Santos e Figueiredo (2013) em torno da limitação da oferta de serviços bancários para a população cuja renda é mais baixa. O atendimento para essa população tende a ser mais restrito, e, dessa forma, o acesso ao crédito vem acompanhado de taxas mais elevadas, devido ao maior risco de inadimplência. No cenário de Carnaíba-PE é importante recordar o aumento da bancarização com os pagamentos efetuados por meio da SICOOB. A cidade conta apenas com uma agência bancária do Banco do Brasil, e o acesso a outros bancos é limitado. Entendendo que as taxas bancárias cobradas são mais altas que as propostas por uma cooperativa de crédito, e que o acesso ao crédito pode ser realizado de uma forma mais facilitada para as pessoas de baixa renda, entende-se também que a movimentação financeira através desse crédito e desse acesso ao banco movimenta todo o sistema financeiro local.

A perspectiva de lucro dos bancos comerciais afeta a obtenção de crédito e o acesso a ele, o que, por sua vez, fomentou a disseminação das cooperativas de crédito em todo o país, especialmente porque aqueles bancos não conseguem, por um lado, abarcar toda a população, e, por outro lado, por assumirem políticas excludentes, baseadas na oferta e demanda de moeda-crédito, das condições diferenciadas de financiamentos e de taxas de juros segundo preceitos que fazem expandir a luta de classes, segundo declarou Dymisky (2007). Ressalta-se: não é pela existência de bancos que se produz o bem-estar social, mas pela eficiência dos bancos no atendimento das necessidades da sociedade.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a analisar economicamente o processo de concessão de crédito, a fim de demonstrar como uma cooperativa de crédito pode influenciar no crescimento de uma cidade cujas estruturas são precárias. Teve por objetivo geral analisar se a instauração de uma Cooperativa de Crédito SICOOB exerceu influência no desempenho econômico do município de Carnaíba-PE. Para o cumprimento do objetivo, foi feita uma análise teórica bibliográfica, em diferentes correntes de pensamento econômico, sobre o crédito no Brasil e a chegada das cooperativas de créditos. Destacaram-se as relações de desigualdade entre o grupo social beneficiado ou excluído, observando o impacto na economia local através do acesso ao crédito por esses grupos.

Partiu-se da percepção da estrutura do sistema financeiro, considerando-se os fundos emprestáveis e as teorias em torno do assunto, a exclusão financeira, envolvendo um processo de exclusão social, muito baseado na ideia do acúmulo de capital, próprio do capitalismo e da sua necessária consolidação. Muitos países se viram afetados, especialmente durante a Guerra Fria, entre as medidas de globalização e as imposições do FMI em torno das economias nacionais.

É nesse contexto conturbado que as cooperativas de crédito surgem para dar suporte às classes menos favorecidas, que se viam – e ainda se veem – renegadas dos serviços bancários de crédito. A primeira cooperativa brasileira em Nova Petrópolis mostrou o potencial de favorecimento econômico às classes desprivilegiadas, e deu suporte financeiro, impulsionando a economia local e a prosperidade do município.

A implantação do Real no Brasil repercutiu positivamente, tirando o país do estado de hiperinflação em que se encontrava, e, com sua estabilização e consolidação, possibilitou a abertura do crédito e a disseminação das cooperativas em todo o país. Se estão mais concentradas no Sul, deve-se considerar que lá nasceram, e que é natural que elas tenham se consolidado primeiro nessa região, bem como nela concentrem-se em maior número. Contudo, vale ressaltar, que a ideologia do cooperativismo se espalha pelo país e vem aportando benefícios a muitas famílias e cidades.

A SICOOB foi instaurada em Pernambuco no último ano da década de 90 e vem crescendo e se espalhando por muitos municípios, dentre os quais, Carnaíba-PE.

Desde 2007, a cidade tem prosperado economicamente, acompanhando os avanços nacionais e mundiais. Nessa perspectiva, é importante ressaltar, como foi apontado, a redução do índice de desocupação na cidade, o que aponta para o aumento da oferta de trabalho. Assim, faz-se necessário reafirmar os números que apontam o aumento de 96 empresas atuantes em Carnaíba-PE no ano de 2006, antes da consolidação da SICOB, para 146 em 2016 – menos de 10 anos após. A quantidade de assalariados passou de 749 para 1243 nesse mesmo período, o que significa um aumento de quase 70%, em um município com 18.574 habitantes.

Com essa quantidade de habitantes distribuídos entre os que vivem em zona rural e urbana, considerar que do ano de 2006 a 2016 houve 1791 associações, que um percentual pequeno cancelou suas matrículas junto à cooperativa, e que a população melhorou em qualidade de vida, haja vista o aumento dos bens adquiridos, como automóveis, motocicletas e caminhonetes, torna-se importante para perceber o impacto que a cooperativa SICOOB trouxe para a economia local, provocando o crescimento do comércio e o fortalecimento das empresas, que, contratam mais pessoas, segundo os dados apresentados pelo IBGE. Em 2010 havia 154 empresas ativas e 830 assalariados. O número de empresas caiu para 146 em 2015, mas a quantidade de assalariados aumentou para 1243, como já foi dito. Nesse período de cinco anos, as empresas contrataram mais 413 funcionários, e isso fortalece a economia local. O crescimento da cidade, como foi apontado, está alicerçado no desenvolvimento da indústria e dos serviços.

Outro ponto que merece ainda ser recordado antes da finalização deste trabalho é que das pessoas que participaram da investigação respondendo ao questionário, ficou demonstrado que houve aumento da aquisição de crédito, quer seja por meio de empréstimo, de crédito consignado, ou pela utilização do cartão de crédito com relação à instituição bancária anteriormente utilizada por essas pessoas. Além disso, a satisfação com os serviços e com o tratamento recebido pela SICOOB se mostrou um fator importante para que essas pessoas trocassem de instituição bancária, e, igualmente, para que pensem na reutilização dos produtos da cooperativa dentro de curto de tempo. Ou seja, os participantes demonstraram que o funcionamento da SICOOB tem promovido melhorias em suas vidas, sendo metade delas empreendedoras, outro fator que auxilia na movimentação econômica da região, trazendo prosperidade e bem-estar coletivo.

Deve-se, portanto, retomar à pergunta problematizadora deste trabalho: A presença da SICOOB em Carnaíba-PE permitiu, de fato, melhorias na economia local? A resposta é positiva, e pode-se reconhecer que a presença da cooperativa SICOOB na cidade de Carnaíba-PE surtiu efeitos positivos, tal como foi apontado no começo, que acontecera com a cidade de Nova Petrópolis. Considera-se que o objetivo geral deste trabalho foi cumprido, na medida em que foi possível constatar a relação entre a SICOOB e o desenvolvimento local do município de Carnaíba-PE, dentro de toda a perspectiva econômica apontada na literatura acadêmica e nos dados levantados junto às instituições de referência. E que continue o progresso econômico e social na região é o que se espera.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Carnaíba/PE**. 2013?. Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/carnaiba_pe Acesso em 15/07/2018.

AUGUSTO, Amélia. Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência. In **Fórum Sociológico** [online], v. 24, 2014. Disponível em <http://sociologico.revues.org/1073> Acesso em 03/08/2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **PROER** – Programa de Estímulo Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/htms/proer.asp> Acesso 28/03/2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inflação**. BC, [online] 2003. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2003/06/ri200306b2p.pdf> Acesso em 06/04/2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo**. BC, [online] 2016. Disponível em https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/panorama_de_cooperativas.pdf Acesso em 01/03/2018.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. O PROES e a privatização dos bancos estaduais: o caso do banco do estado do Rio de Janeiro. In **Polis** – Laboratório de história econômico-social. [online] 2009. Disponível em http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_17.pdf Acesso 06/04/2018.

BRASIL. **LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. 1964. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm Acesso em 04/04/2018.

BRASIL. **LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. 1971. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm Acesso em 05/04/2018.

BULGARELLI, Waldirio. **As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

CROCCO, Marco Aurélio; SANTOS, Fabiana; FIGUEIREDO, Ana. Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória. In **Revista de Economia Política**, v. 33, nº 3 (132), [online], 2013. p. 505-526. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n3/v33n3a08.pdf> Acesso em 01/04/2018.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013**. Nota técnica nº 135, [online] 2014. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf> Acesso em 06/04/2018.

DYMSKI, Gary. Exclusão e eficiência: a transformação global do Core Banking, um estudo de caso sobre o Brasil. In PAULA, Luiz Fernando; OREIRO, José Luiz da Costa. **Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário**. Elsevier: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em http://inctpped.ie.ufrj.br/spiderweb/dysk_2/2-1%20Dyski_Sistema%20Financeiro_capitulo%2011.pdf Acesso em 01/04/2018.

FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2017**. Realização Deloitte. 2017. Disponível em https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/financial-services/febraban_2017.pdf Acesso em 04/04/2018.

FGC – Fundo Garantido de Crédito. **Estatuto**. 2013. Disponível em <https://www.fgc.org.br/backend/upload/media/arquivos/PDF/Normas/44769644-b82d-4813-8162-cfa4ddee99b5.pdf> Acesso em 06/04/2018.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo**. São Paulo: Saraiva, 1973.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANZ, Cristiane Mesquita. **A contribuição do cooperativismo de crédito para eficiência econômica e eficácia social**. Disponível em http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2006_2/cristiane.pdf Acesso em 06/04/2018.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª Ed. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 2005.

GIL, A. C. 2008. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Tiago Cordeiro. **O sistema financeiro brasileiro: a evolução do crédito no Brasil pós Plano Real**. [monografia] 70f. Fundação Armando Alvares Penteado: São Paulo, 2007. Disponível em http://www.fAAP.br/pdf/faculdades/economia/monografia/ciencias-economicas/2007/tiago_cordeiro.pdf Acesso em 06/04/2018.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico – uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IPCA, IPCN – Séries históricas**. Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm Acesso em 03/04/2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisas**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/carnaiba/pesquisa/23/25888> Acesso em 06/04/2018.

JACQUES, Elidecir Rodrigues; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. In **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 2 (57), ago. 2016. p. 489-509. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v25n2/0104-0618-ecos-25-02-00489.pdf> Acesso em 06/04/2018.

JUNIOR, Walter. Tudo sobre cooperativismo. **Ramo Crédito**. [online] 2011. Disponível em <http://tudosobrecooperativismo.blogspot.com.br/2011/04/ramo-credito.html> Acesso em 06/04/2018.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

LIMA, Maria do Socorro Macedo Coelho; SILVA, Benedyto Sávio de Lima e; LIMA, Camila Coelho. A importância do cooperativismo de crédito no desenvolvimento regional. In **Revista OPARA – Ciências Contemporâneas Aplicadas**, v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: < <http://revistaopara.facape.br/article/view/111> > Acesso em 18/08/2018.

MENDES, Marcos. **Desigualdade e crescimento**: Uma revisão da literatura. Senado Federal: S.L. 2013. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-131-desigualdade-e-crescimento-uma-revisao-da-literatura> Acesso em 05/04/2018.

MENEZES, Celso Marques Menezes; LAJUS, Maria Luiza de Souza Lajus. Cooperativismo de crédito e desenvolvimento. In **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 14, n. 2, p. 294-313, 2015.

MINSKY, Hyman P.. Integração financeira e política monetária. Tradução Otaviano Canuto. In **Economia e Sociedade**, v. 3, nº 1. [online] 1993. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643215/10763> Acesso em 05/04/2018.

MORA, Mônica. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. IPEA: Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf> Acesso em 29/03/2018.

NASCIMENTO, Francisco Paulo do. **Metodologia da Pesquisa Científica**: teoria e prática – como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus, 2016.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. Comportamento dos bancos, posturas financeiras e oferta de crédito: de Keynes a Minsky. In **Análise Econômica**, v.16, nº 29, mar. 1998. p.21-38. Disponível em <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/comportamento-dos-bancos-posturas-word.pdf> . Acesso em 30/01/2018.

_____. Teoria da firma bancária. In LIMA, G.T., SICSÚ, J. & PAULA, L.F. (org.). **Macroeconomia Moderna**: Keynes e a Economia Contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999, pp. 171-189. Disponível em <http://luizfernandodepaula.com.br/ups/teoria-firma-bancaria.pdf> Acesso em 30/03/2018.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de; ALVES JUNIOR, Antônio José; MARQUES, Maria Beatriz Leme. Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994-98). In **Est. Econ.** V. 32, n. 2, São Paulo, p. 285-319, 2001. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ee/article/viewFile/117741/115396> Acesso em 19/06/2018.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de crédito**: História da evolução normativa no Brasil. 6ª Ed. Brasília BCB, 2008. Disponível em

https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf
Acesso em 04/04/2018.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **História do cooperativismo de crédito no Brasil**. [online] 20?. Disponível em <http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/historia-no-brasil/> Acesso em 05/04/2018.

SAAD-FILHO, Alfredo; LAPAVITSAS, Costas. A teoria horizontalista da moeda e do crédito: uma análise crítica. In **Est. Econ.**, v. 29, nº 1, São Paulo, 1999. p. 23-45. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ee/article/viewFile/117195/114792> Acesso em 05/04/2018.

SANTANA, Fernando de Souza; et al. Cooperativas de crédito: agentes de desenvolvimento local – um estudo de caso. In **@argumentandum** – Revista Eletrônica, v. 2, 2010. Disponível em: http://sudamerica.edu.br/argumentandum/artigos/argumentandum_volume_2/Texto_1_Cooperativas%20de%20credito.pdf Acesso em 18/08/2018.

SAYAD, João. **Observações sobre o Plano Real**. Est. Econ. São Paulo. Vol. 25, 1995.

SESCOOP/PE. **Sicoob se apresenta a cooperativas do Recife**. [online] 2016. Disponível em <http://www.pernambucocooperativo.coop.br/index.php/noticias/405-sicoob-fe-a-cooperativas-do-recife> Acesso em 06/04/2018.

SCHUNTZEMBERGER, Amanda Massaneira de Souza; et al. Análises Quase-experimentais Sobre o Impacto das Cooperativas de Crédito Rural Solidário no PIB Municipal da Agropecuária. In **RESR**, v. 53, n. 03, Piracicaba-SP, p. 497-516, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/resr/v53n3/1806-9479-resr-53-03-00497.pdf> Acesso em 15/07/2018.

SICOOB. **Apresentação**. [online] 20?. Disponível em <http://www.sicoob.com.br/web/sicoobmtms/o-sicoob/apresentacao> Acesso em 06/04/2018.

SICOOB/Pernambuco. **Apresentação**. [online] 20?. Disponível em <https://www.sicoobne.com.br/33e018cc-8100-47dc-bcd2-e01ad923aff6> Acesso em 06/04/2018.

SICOOB – CREDICAMPO. **Histórico das cooperativas de crédito**. [online] 20?. Disponível em <http://www.credicampo.com.br/pagina.php?pg=historico-do-cooperativismo-de-credito> Acesso em 06/04/2018.

SILVA FILHO, Cícero Virgulino da. **Cooperativas de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: Investigação sobre sua natureza e suas causas. Editora Nova Cultura: São Paulo, 1996.

SOUSA, Queila Hillesheim; PETRI, Sergio Murilo; ANJOS, Edenise Aparecida dos. Análise dos fatores preditivos de risco para inadimplência dos cooperados em uma cooperativa de crédito. In **III congresso de Contabilidade da UFRGS**. Universidade Federal do rio Grande do Sul, 30-31 ago. 2018.

SOUZA, Henrique Pavan Beiro de. Desregulamentação financeira, concentração bancária e exclusão financeira no Brasil na década de 1990. In **XI Congresso Brasileiro de História Econômica**. Vitória, 14-16 de setembro de 2015. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_henrique_pavan_souza_desregulamentacao-financeira-concentracao-bancaria-e-exclusao-financeira-no-brasil-na-decada-de-1990.pdf Acesso em 05/04/2018.

STUDART, Rogério. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à alternativa convencional. In **Revista de Economia Política**, v. 13, nº 1 (49), [online] 1993. Disponível em <http://www.rep.org.br/PDF/49-7.PDF> Acesso em 28/03/2018.

VALENTE, Frederico. A relação entre investimento, poupança e taxa de juros: um panorama do debate sobre financiamento de longo prazo. In **Leituras de Economia Política**, v. 12, Campinas, jan. 2006/dez. 2007. p. 83-99. Disponível em <http://revistalep.com.br/index.php/lep/article/viewFile/38/35> Acesso em 28/01/2018.

ZANATTA, Jocias Maier; CARNEIRO, Eduardo Francisco. Perfil dos tomadores de crédito de uma cooperativa de crédito do Rio Grande do Sul. In **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 2, n. 3, p. 66-91, jul-set, 2017.

ANEXO A
QUESTIONÁRIO SOCIO-ECONÔMICO
Cooperativa de crédito

1. IDADE

- 1. () 18 a 25
- 2. () 25 a 35
- 3. () 35 a 45
- 4. () 45 a 55
- 5. () 55 a 65
- 6. () 65 a 75

2. SEXO

- 1. () Masculino
- 2. () Feminino

3. SITUAÇÃO CIVIL

- 1. () Casado
- 2. () Solteiro
- 3. () Viúvo
- 4. () Separado
- 5. () Amigado/amasiado/companheiro

4. QUAL SUA RENDA FAMILIAR?

- 1. () Até 1 salário mínimo
- 2. () de 1 a 2 salários mínimos
- 3. () de 2 a 3 salários mínimos
- 4. () de 3 a 4 salários mínimos
- 5. () de 4 a 5 salários mínimos
- 6. () de 5 a 6 salários mínimos
- 7. () Mais de 6 salários mínimos

5. QUAL SUA CONDIÇÃO DE MORADIA?

- 1. () Mora em casa própria
- 2. () Alugada

- 3. ☐ Cedida emprestada
- 4. ☐ outra

6. QUAL SUA SITUAÇÃO EM RELAÇÃO A TRABALHO?

- 1. ☐ Desempregado
- 2. ☐ trabalha como autônomo
- 3. ☐ trabalho informal sem carteira assinada
- 4. ☐ trabalha de carteira assinada
- 5. ☐ aposentado

7. ANTES DA IMPLANTAÇÃO DA COOPERATIVA VOCE JÁ TINHA ACESSO A OUTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA? (SE NÃO PULE PARA A PERGUNTA 10.)

- 1. ☐ sim
- 2. ☐ não

8. SE SIM. QUAIS PRODUTOS TINHA ACESSO NESSA OUTRA INSTITUIÇÃO?

- 1. ☐ capital de giro/empréstimo/financiamento
- 2. ☐ Cartão de crédito
- 3. ☐ aplicação financeira/ poupança
- 4. ☐ Consignado
- 5. ☐ Consorcio/ carta de crédito
- 6. ☐ Previdência privada

9. POR OPTOU POR TROCAR DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA?

- 1. ☐ Sem acesso a instituição
- 2. ☐ Falta de atendimento
- 3. ☐ Insatisfação com tarifas

- 4. ☐ Exclusão financeira
- 5. ☐ Atendimento diferenciado

**10. QUAL SEU GRAU DE SATISFAÇÃO QUANTO A COOPERATIVA
DE CRÉDITO? (onde 0 é muito ruim e 5 excelente).**

- 1. ☐ 0
- 2. ☐ 1
- 3. ☐ 2
- 4. ☐ 3
- 5. ☐ 4
- 6. ☐ 5

**11. EM RELAÇÃO A ASSOCIAÇÃO NA COOPERATIVA, O QUE VOCE
ACHOU?**

- 1. ☐ Acesso fácil e rápido
- 2. ☐ Burocrático
- 3. ☐ Demorado
- 4. ☐ Nenhuma das alternativas

**12. – VOCE JÁ TEVE ACESSO A ALGUM PRODUTO DO SICOOB?
QUAIS?**

- 1. ☐ capital de giro/empréstimo/financiamento
- 2. ☐ Cartão de crédito

3. () aplicação financeira/ poupança
4. () Consignado
5. () Consorcio/ carta de crédito
6. () Previdência privada
7. () nunca tive acesso a nenhum desses produtos.

13. QUAL O MOTIVO DA ASSOCIAÇÃO?

1. () Recebimento de salário
2. () Interesse em algum tipo de produto
3. () Movimentação como autônomo
4. () Aplicação financeira
5. () Nenhuma das alternativas

**14. COM A ASSOCIAÇÃO A COOPERATIVA VOCÊ JÁ COMPROU
ALGUM BEM?**

1. () Carro
2. () Moto
3. () Casa
4. () Reforma de algum imóvel
5. () Nenhuma das alternativas

**15. DE 0 A 5 AVALIE O NÍVEL DE BEM ESTAR QUE A
COOPERATIVA SICOOB TROUXE PARA SUA VIDA? (onde 0 é
muito ruim e 5 excelente).**

1. () 0
2. () 1
3. () 2
4. () 3
5. () 4
6. () 5

16. QUAL SERIA A PROBABILIDADE DE RECOMENDAR A COOPERATIVA SICOOB A OUTRAS PESSOA?

1. () Extremamente provável
2. () Muito provável
3. () Razoavelmente provável
4. () Muito pouco provável
5. () Nem um pouco provável

17. QUAL A PROBABILIDADE DE USAR OS PRODUTOS OFERICIDOS PELA COOPERATIVA?

1. () Extremamente provável
2. () Muito provável
3. () Razoavelmente provável
4. () Muito pouco provável
5. () Nem um pouco provável